



**CÂMARA MUNICIPAL DE
ÉVORA**

**PLANO DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO RURAL DO
SÍTIO DE MONFURADO**

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Junho 2010

Índice Geral:

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 ÁREA DE INTERVENÇÃO	6
1.2 ELEMENTOS QUE COMPÕE O PIERSM	8
2. ENQUADRAMENTO LEGAL	9
2.1. REDE NATURA 2000 E O PLANO DE GESTÃO PARA O SÍTIO MONFURADO	10
2.1.1. A REDE NATURA 2000	10
2.1.2. PLANO DE INTERVENÇÃO EM ESPAÇO RURAL	14
2.2. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO	16
2.2.1. PLANOS DE ÂMBITO NACIONAL	17
2.2.2. PLANOS DE ÂMBITO REGIONAL	20
2.2.3. PLANOS DE ÂMBITO MUNICIPAL	20
3. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	24
3.1 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	24
3.1.1. GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA	24
3.1.2. CLIMA	26
3.1.3. DECLIVES	27
3.1.4. SÍNTESE FISIAGRÁFICA	28
3.1.5. HIDROLOGIA	31
3.1.6 QUALIDADE DA ÁGUA	32
3.2 CARACTERIZAÇÃO BIOLÓGICA	34
3.2.1.1. INTRODUÇÃO	34
3.2.1.2. VEGETAÇÃO	35
3.2.1.3. HABITATS NATURAIS E SEMI-NATURAIS	42
3.2.1.4. FLORA	48
3.2.1.5. FAUNA	49
3.3. VALORES NATURAIS	52
3.3.1. HABITATS	55
3.3.2. FLORA	58
3.3.3. FAUNA	60
3.4. SÓCIO-ECONOMIA	69
3.4.1. ACTIVIDADES	69
3.4.2. OCUPAÇÃO URBANA E INFRAESTRUTURAS	72
3.4.3. ESTRUTURA DA PROPRIEDADE	78
3.5. USO DO SOLO	81
3.6. UNIDADES DE PAISAGEM	85
3.6.1. ENQUADRAMENTO	85
3.6.2. METODOLOGIA	94
3.6.3. UNIDADES DE PAISAGEM	97
3.6.4. PONTOS DE DEGRADAÇÃO NA PAISAGEM	102
3.6.5. PONTOS NOTÁVEIS NA PAISAGEM	104
3.6.6. VALORAÇÃO DAS UNIDADES DE PAISAGEM	105
3.7. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO	110

3.8. TURISMO	122
3.8.1. RECURSOS TURÍSTICOS	125
3.8.2. ESTRUTURA E DINÂMICA DA OFERTA E PROCURA TURÍSTICA	128
3.8.3 PERCURSOS TEMÁTICOS	133
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

Índice de Figuras:

Figura 1 – Área de Intervenção do Plano de Intervenção em Espaço Rural do Sítio de Monfurado	7
Figura 2 – Bacias hidrográficas e principais linhas de água existentes no Sítio de Monfurado (retirado de Almeida, 2007)	32
Figura 2 – Bacias hidrográficas e principais linhas de água existentes no Sítio de Monfurado (retirado de Almeida, 2007)	31
Figura 4 – Extracto da carta de unidades de paisagem integrada no Estudo da DGOTDU, 2004	93
Figura 5- Localização dos percursos no Sítio de Monfurado	134

Índice de Quadros:

Quadro II - Classes de Declives	28
Quadro I – Classes hipsométricas	30
Quadro III – Projecções demográficas	74
Quadro IV - Distribuição do número e áreas dos prédios, por classe	79
Quadro V – Distribuição do uso do solo por categoria para os concelhos de Montemor-o-Novo e Évora	82
Quadro VI – Distribuição do uso do solo por categoria	83
Quadro VII – Legenda do uso do solo	84
Quadro IX – Síntese das características das unidades de paisagem	106
Quadro X – Quantificação do critério Harmonia	108
Quadro XI – Valoração das Unidades de Paisagem	109

Índice de Fotos:

Foto 1 – Exemplo da Unidade de paisagem – Serra de Monfurado	98
Foto 2 – Exemplo da Unidade de paisagem – Sopé da Serra	99
Foto 3 – Exemplo da Unidade de paisagem – Planície Alentejana	100
Foto 4 – Exemplo da Unidade de paisagem – Faixa agro-florestal	101
Foto 5 – Exemplo da Unidade de paisagem – Coroa agrícola de Montemor-o-Novo	102
Foto 6 - Exploração de inertes	103
Foto 7 - Escombreiras	103
Foto 8 - Vestígios de antigas explorações de minério (Serra de Monfurado)	103
Foto 9 - Convento dos Monges	104
Foto 10 - Ponto notável na paisagem - Ao longe a Serra de Monfurado	105
Foto 11 - Ponto notável na paisagem – Galeria ripícola (Ribeira do Carvalhal)	105

1. INTRODUÇÃO

A presente “Caracterização da Situação de Referência” faz parte integrante do Plano de Intervenção no Espaço Rural do Sítio de Monfurado (PIERSM), o qual foi elaborado no âmbito do Projecto GAPS – Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado (LIFE03 NAT/P/000018).

O Sítio de Monfurado é um Sítio de Importância Comunitária (SIC PTON0031), ao abrigo da Directiva Habitats (Directiva EC/92/43), aprovado pela Portaria n.º 829/2007, de 1 de Agosto.

O presente documento corresponde à caracterização da situação de referência do SIC Monfurado e tem como objectivos gerais:

- Proceder à delimitação das classes de espaço afectas a cada uso, articulando-as com as previstas nos instrumentos de planeamento existentes, respectivas condicionantes e com a estrutura fundiária existente ou, em alternativa, com o parcelário agrícola;
- Estabelecer as regras de ocupação e gestão do território.

Por forma a concretizar os objectivos acima descritos, foi desenvolvido um conjunto de tarefas específicas, a saber:

- Caracterizar as áreas segundo os aspectos de enquadramento geográfico e legal, a caracterização de situação de referência (incluindo aspectos como a fisiografia, clima, geologia e hidrogeologia, solos e a sua aptidão, qualidade ambiental, uso do solo, paisagem, actividades económicas existentes e potenciais património cultural, etnografia, rede viária e acessibilidades, infra-estruturas básicas, aglomerados urbanos e demografia, carta de desporto e em pormenor os aspectos relacionados

com a ecologia, incluindo habitats, flora e fauna protegidas e/ou com interesse de conservação).

- Definir orientações que traduzam uma visão estratégica a longo prazo para o território face aos valores presentes.
- Identificar e avaliar as vulnerabilidades e condicionantes presentes na área, relativamente às componentes de conservação da natureza e desenvolvimento territorial.
- Identificar e avaliar as vantagens e oportunidades presentes nas áreas, relativamente às componentes de conservação da natureza e desenvolvimento territorial.
- Identificar as transformações/ evoluções/ pressões/ tendências mais substanciais a nível da ocupação do espaço e utilização dos recursos.
- Definir um zonamento para classes de valores naturais presentes, pela aplicação de factores de sensibilidades a diferentes graus de intervenção humana.
- Analisar a adequação das classes de espaço definidas em instrumentos de ordenamento tendo em conta a vulnerabilidade dos valores naturais.
- Traduzir a estratégia de gestão do território, de acordo com as potencialidades reais determinadas para o SIC.
- Formular e avaliar cenários alternativos, tendo por base os valores presentes na área em estudo, com identificação de objectivos e linhas de actuação preconizadas.
- Recomendar a criação de um quadro estratégico de referência, onde se inclua, face à avaliação dos cenários alternativos, uma proposta de linhas orientadoras para o Plano de Gestão.

1.1 ÁREA DE INTERVENÇÃO

O Sítio de Importância Comunitária de Monfurado foi aprovado pela Portaria n.º 829/2007, de 1 de Agosto. Ocupa uma área com cerca de 23 957 ha, abrangendo parte dos concelhos de Montemor-o-Novo e Évora.

De acordo com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, o SIC apresenta um claro domínio de montados (6310), extensos e em bom estado de conservação, maioritariamente de sobro (*Quercus suber*), mas também de azinho (*Quercus rotundifolia*) ou mistos em zonas mais restritas. Bastante originais são os montados mistos de sobro e carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), uma espécie que tem aqui o limite sul da sua área de distribuição. Regista-se ainda a presença de alguns sobreirais (9330) de pequena dimensão. Em subcoberto dispõem-se arrelvados mediterrânicos xerófilos, de floração primaveril ou estival, dominados por *Poa bulbosa* (habitat 6220*) habitat com excelente representatividade no SIC. Neste SIC ocorrem os melhores exemplos de comunidades de espinhais de *Calicotome villosa* (5330), matagais densos que em Portugal são exclusivos da região de Évora. O SIC é atravessado por diversas ribeiras, com vegetação ripícola de amieais (91E0*) e salgueirais (92A0), em razoável estado de conservação, onde se observam também comunidades de ranúnculos flutuantes (3260), de *Potamogeton* (3150), e vegetação bentónica de *Chara* (3140). Em termos faunísticos, trata-se de uma zona de grande importância para os quirópteros, sendo de salientar o morcego-rato-grande (*Myotis myotis*) (criação e hibernação) e o morcego-de-ferradura-mourisco (*Rhinolophus mehelyi*) (hibernação). A área de montado assume um papel relevante como zona de alimentação destas espécies, assim como para o rato de Cabrera (*Microtus cabreræ*), o qual tem neste SIC numerosas colónias confirmadas. A área apresenta ainda características de habitat adequadas ou susceptíveis de serem optimizadas de

forma a promover a ocorrência de lince-ibérico (*Lynx pardinus*) ou permitir a sua reintrodução a médio/longo prazo, num programa integrado com os Sítios circundantes. Relativamente à ictiofauna, destaca-se a presença da boga-portuguesa (*Chondrostoma lusitanicum*), endemismo lusitano criticamente em perigo.



Figura 1 – Área de Intervenção do Plano de Intervenção no Espaço Rural do Sítio de Monfurado

1.2 ELEMENTOS QUE COMPÕEM O PIERSM

O PIERSM é constituído por (Volume I):

- a) Regulamento;
- b) Planta de Implantação, à escala 1:25 000 (Peça desenhada OT-01);
- c) Planta de Condicionantes, à escala 1:25 000 (Peça desenhada OT-02).

O PIERSM é acompanhado por (Volume II):

- a) Relatório fundamentando as opções do PIERSM;
- b) Programa de Gestão para os Valores Naturais e cartografia das medidas de gestão (Peça desenhada OT-17);
- c) Programa de Execução e Financiamento;
- d) Extracto dos Regulamentos dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor na área de intervenção do Plano;
- e) Planta de Enquadramento (Peça desenhada OT-03);
- f) Extracto da Planta de Condicionantes e Ordenamento do Plano Director Municipal de Montemor-o-Novo (Peças desenhadas OT-15 e OT-16);
- g) Planta da Situação Existente (Peça desenhada OT-01);
- h) Caracterização da Situação de Referência e Elementos Gráficos (Peças desenhadas OT-05 a OT-14).

Peças desenhadas do PIER

N.º	Peça desenhada	Escala	Código
OT-01	Planta de Implantação	1/25 000	070304FOT01PLO
OT-02	Planta de Condicionantes	1/25 000	070304FOT02COO
OT-03	Enquadramento	1/50 000	070304FOT03PLO
OT-04	Situação Existente	1/25 000	070304FOT04SEO
OT-05	Classes Hipsométricas	1/25 000	070304FOT05SFO
OT-06	Declives	1/25 000	070304FOT06DCO
OT-07	Distribuição de Habitats Naturais	1/25 000	070304FOT07PLO
OT-08	Distribuição de Espécies da Flora	1/25 000	070304FOT08PLO
OT-09	Distribuição de Espécies da Fauna	1/25 000	070304FOT09PLO
OT-10	Uso do Solo	1/25 000	070304FOT10USO
OT-11	Unidades de Paisagem	1/25 000	070304FOT11UPO
OT-12	Estrutura da Propriedade	1/25 000	070304FOT12PLO
OT-13	Património, Zonas e elementos de atracção recreativa / turística	1/25 000	070304FOT13EQO
OT-14	Infraestruturas existentes e propostas	1/25 000	070304FOT14PLO
OT-15	Extracto da Planta de Ordenamento do PDM	1/25 000	070304FOT15PLO
OT-16	Extracto da Planta de Condicionantes do PDM	1/25 000	070304FOT16PLO
OT-17	Medidas e acções de Gestão	1/25 000	070304FOT17PLO

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Com o presente trabalho pretende-se a elaboração de um Plano de Intervenção no Espaço Rural do Sítio do Monfurado, cujo enquadramento legal se apresenta nos pontos seguintes.

2.1. REDE NATURA 2000 E O PLANO DE GESTÃO PARA O SÍTIO MONFURADO

2.1.1. A Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica de âmbito europeu que tem por objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia. Em Portugal, o Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de Fevereiro, transpõe as Directivas Aves e Habitats e define os procedimentos a adoptar para a sua aplicação.

A Rede Natura 2000 é composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, nas quais as actividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação desses valores naturais, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico e tomando simultaneamente em consideração as exigências económicas, sociais, culturais, bem como as particularidades regionais e locais. Compreende as áreas classificadas como:

- Zonas de Protecção Especial (ZPE) - criadas ao abrigo da Directiva Aves (79/409/CEE) e que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats (listadas no anexo I da Directiva) e das espécies de aves migratórias (não referidas no anexo I) e que ocorram de forma regular;
- Zonas Especiais de Conservação (ZEC) – criadas ao abrigo da Directiva Habitats (92/43/CEE), com o objectivo expresso de contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e seminaturais (anexo I da Directiva) e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens (anexo II da Directiva)

considerados ameaçados no espaço da União Europeia. Para os efeitos do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000), consideram-se as áreas classificadas, nas fases intermédias do processo, ou seja os Sítios da Lista Nacional e os Sítios de Importância Comunitária.

O Decreto-Lei N.º 140/99, de 24 de Abril, ao efectuar a transposição conjunta para o direito interno das Directivas Aves e Habitats, estabeleceu que a gestão dos Sítios e das ZPE decorrerão dos instrumentos de gestão territorial, devendo estes conter as medidas necessárias à garantia da conservação dos *habitats* naturais e das espécies da fauna e da flora selvagens. Para esse efeito, aquele diploma prevê a elaboração de um plano sectorial destinado a estabelecer o âmbito e o enquadramento dessas mesmas medidas, tendo em conta os valores ambientais a proteger e o desenvolvimento económico e social das áreas integradas no processo da Rede Natura 2000. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2001, de 6 de Junho veio determinar a elaboração do plano sectorial relativo à implementação da Rede Natura 2000, sendo o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade a entidade responsável. O PSRN2000 foi elaborado e esteve em discussão pública em 2006.

O PSRN2000 é um instrumento de gestão territorial de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios, do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, o PSRN 2000 assenta no sistema de gestão territorial de âmbito nacional, aplicando-se à Administração Pública e não vinculando directamente os particulares.

O Plano contém orientações estratégicas e normas programáticas para a actuação da Administração Central e Local. Trata-se de um Plano desenvolvido a uma macro-escala (1:100 000) para o território continental, cuja expressão territorial corresponde às áreas classificadas – 29 Zonas de Protecção Especial (ZPE) e 60 Sítios (7 dos quais foram já designados como Sítios de Importância Comunitária (SIC) para a Região Biogeográfica Atlântica). (www.icnb.pt).

De acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, *“O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 apresenta a cartografia da distribuição dos habitats naturais e semi-naturais e das espécies da flora e da fauna presentes no Sítios e ZPE e define medidas para a sua valorização e manutenção num estado de conservação favorável, bem como a tipologia das restrições ao uso do solo. Com este Plano são estabelecidas as orientações estratégicas para a gestão do território das ZPE e Sítios, considerando os valores naturais que neles ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo, sendo definidas as directrizes para o zonamento das áreas em função das respectivas características e prioridades de conservação”*.

O PSRN2000 fornece orientações para a gestão sustentável do território; os particulares são vinculados através da inserção das normas e orientações nos instrumentos de gestão territorial: num prazo máximo de seis anos, as medidas e restrições assumidas pelo PSRN2000 deverão ser inseridas em plano municipal ou especial de ordenamento do território.

Ainda de acordo com o ICNB *“A eficácia do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 será função da concretização e implementação, pela Administração Central e Local, das orientações de gestão e das normas programáticas nele*

estabelecidas e da sua consagração nos instrumentos de planeamento do território e nos planos de natureza especial.”

A concretização deste Plano Sectorial deverá colocar-se a vários níveis:

- Criação ou revisão de legislação;
- Revisão ou alteração dos planos de ordenamento que vinculam os particulares, designadamente planos municipais e planos especiais de ordenamento do território, e de outros planos sectoriais ou regionais;
- Participação nas opções dos restantes sectores da Administração nomeadamente pela integração e orientação de medidas programáticas ou de política sectorial (tais como, e a título de exemplo, as enquadradas no Programa de Desenvolvimento Rural, na política da água ou de transportes ou nas políticas costeira e marinha);
- Elaboração de Planos de Gestão, que assegurem a concretização das orientações de gestão através da aplicação de medidas e acções;
- Elaboração de Planos de Acção para a conservação de espécies da flora, fauna ou habitat no contexto do território continental ou mesmo transfronteiriço;
- Elaboração de acordos, parcerias ou medidas contratuais (com entidades públicas ou privadas);
- Estabelecimento de medidas de carácter administrativo.”

É precisamente com base no segundo ponto referido anteriormente que as Câmaras Municipais de Montemor-o-Novo e Évora têm a oportunidade de promover a elaboração de um Plano que vincule as entidades públicas e ainda directa e imediatamente os particulares, que de acordo com o Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro terá que ser um plano municipal de ordenamento do território (PMOT) ou um plano especial de ordenamento do território. Este último não se aplica nesta área, pois não se encontra abrangido por nenhuma área protegida, albufeiras de águas públicas, orla

costeira ou estuário, pelo que terá que ser um plano municipal de ordenamento do território.

No ponto seguinte será apresentado o enquadramento legal dos Planos Municipais do Território, especificamente a modalidade de Plano de Intervenção no Espaço Rural incluído nos Planos de Pormenor.

2.1.2. Plano de Intervenção no Espaço Rural (PIER)

A figura de Plano de Intervenção no Espaço Rural (PIER) foi recentemente pormenorizada com a publicação do Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro que altera o Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro. De facto, neste novo Decreto-Lei especificam-se e detalham-se os objectivos e a abrangência deste tipo de Plano de Pormenor, ficando definido o seguinte:

“O plano de intervenção no espaço rural abrange solo rural e estabelece as regras relativas a:

- a) Construção de novas edificações e reconstrução, alteração, ampliação ou demolição das edificações existentes, quando tal se revele necessário ao exercício das actividades autorizadas no solo rural;*
- b) Implantação de novas infra-estruturas de circulação de veículos, animais e pessoas, e de novos equipamentos públicos ou privados de utilização colectiva,*
- c) e a remodelação, ampliação ou alteração dos existentes;*
- d) Criação ou a beneficiação de espaços de utilização colectiva, públicos ou privados, e respectivos acessos e áreas de estacionamento;*
- e) Criação de condições para a prestação de serviços complementares das actividades autorizadas no solo rural;*

f) *Operações de protecção, valorização e requalificação da paisagem.*

O plano de intervenção no espaço rural não pode promover a reclassificação do solo rural em urbano, com excepção justificada das áreas expressamente destinadas à edificação e usos urbanos complementares."

Por outro lado, a Portaria nº 389/2005 de 5 de Abril especifica o conteúdo dos PIER acrescentando ainda que: *"O projecto de intervenção no espaço rural incide sobre uma área específica do território municipal, classificada como solo rural, estabelecendo os objectivos mais adequados ao seu ordenamento e desenvolvimento sustentável, pormenorizando e concretizando as propostas de ordenamento do território definidas nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis, indicando as acções necessárias à sua concretização e as regras para o uso, ocupação e transformação do solo rural."*

Assim, o PIER ao tirar partido das potencialidades do solo rural, neste caso de um valor ímpar, possibilita a gestão, a conservação e a valorização dos recursos naturais e culturais existentes. Por outro lado, o PIER viabiliza o conjunto de medidas necessárias ao equilíbrio dos diferentes usos humanos e naturais através da qualificação das paisagens, sem mitigar a coexistência das actividades económicas que sustentam e construíram a paisagem como a vemos hoje.

A aplicação do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 316/2007 de 19 de Setembro, vem alterar substancialmente o sistema de planeamento existente. De facto, a importância que é dada à participação das populações, faz com que o planeamento não seja um sistema de imposição de regras de cima para baixo mas, ao contrário, um processo de desenvolvimento participado respeitando todas as vertentes do território. Assim para além dos aspectos físicos e

humanos há que ter em conta a dinâmica própria da população e dos agentes de cada território. Nesse sentido, o plano deverá reflectir a vontade dos munícipes de forma articulada com as políticas nacionais e municipais de ordenamento do território respeitando ainda as exigências ambientais, técnicas e físicas de cada local.

De referir ainda que de acordo com informação fornecida pela DGOTDU, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 316/2007, de Setembro, que introduz um conjunto significativo de alterações ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), definido pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, a Portaria n.º 389/2005, de 5 de Abril, foi tacitamente revogada, uma vez que foi eliminada do RJIGT a respectiva norma habilitante (anterior artº 92º, n.º 4), pelo que os demais elementos que acompanham o PIER, poderão vir a constar da Portaria prevista no actual n.º 4 do artigo 92º. No entanto, e na falta da referida portaria, optou-se por apresentar os elementos que constam na Portaria n.º 389/2005, de 5 de Abril.

2.2. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO

Para o SIC Monfurado, além das situações decorrentes da delimitação de locais ao abrigo da Rede Natura 2000 atrás indicados, estão eficazes os seguintes instrumentos de gestão territorial, enquadrados no Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro.

2.2.1. Planos de âmbito nacional

Planos sectoriais com incidência territorial

- **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central (PROF AC)** – Aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º 36/2007 de 2 de Abril
“apresenta um diagnóstico da situação actual na região, com base numa ampla recolha de informação necessária ao planeamento florestal, e efectua uma análise estratégica que permite definir objectivos gerais e específicos e delinear propostas de medidas e acções tendo em vista a prossecução de uma política coerente e eficaz, bem como definir normas de intervenção para os espaços florestais e modelos de silvicultura, aplicáveis a povoamentos tipo, com vista ao cumprimento dos objectivos enunciados.”

O Decreto-Regulamentar n.º 36/2007 de 2 de Abril, refere no Artigo 6.º - Vinculação

1 - As normas constantes do PROF AC vinculam directamente todas as entidades públicas e enquadram todos os projectos e acções a desenvolver nos espaços florestais públicos e privados.

2 - Nas normas de execução do PROF AC, devem ser chamados a participar e colaborar todas as entidades e autoridades públicas, locais, regionais ou nacionais, que, por força das suas atribuições e competências, tenham tutela pública sobre os espaços florestais.

No Artigo 12.º são definidos como Objectivos específicos comuns:

1 - São comuns a todas as sub-regiões homogéneas a prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- a) Diminuir o número de ignições de incêndios florestais.*
- b) Diminuir a área queimada.*

c) Promover o redimensionamento das explorações florestais de forma a otimizar a sua gestão, nomeadamente:

i) Divulgar informação relevante para desenvolvimento da gestão florestal;

ii) Realização do cadastro das propriedades florestais;

iii) Redução das áreas abandonadas;

iv) Criação de áreas de gestão única de dimensão adequada;

v) Aumentar a incorporação de conhecimentos técnico-científicos na gestão através da sua divulgação ao público-alvo.

d) Aumentar o conhecimento sobre a silvicultura das espécies florestais.

e) Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do plano.

No Artigo 19.º são apresentados os Objectivos específicos da sub-região homogénea Serra do Monfurado:

1 - Nesta sub-região homogénea visa-se a implementação e incrementação das funções de produção, de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores, e de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos.

2 - A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objectivos específicos:

a) Recuperar os espaços florestais através da arborização com espécies de elevado potencial produtivo:

i) Aumentar o conhecimento sobre silvicultura das espécies florestais com maior potencial produtivo para a sub-região;

ii) Diversificar a ocupação dos espaços florestais arborizados com espécies que apresentem bons potenciais produtivos.

b) Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente o medronho, os cogumelos, o pinhão e as ervas aromáticas, condimentares e medicinais;

- c) *Sensibilizar os proprietários para o correcto aproveitamento de matos e resíduos florestais para fins energéticos;*
- d) *Controlar e erradicar o nemátodo da madeira do pinheiro;*
- e) *Desenvolver a actividade silvopastoril:*
 - i) *Aumentar o conhecimento sobre o potencial silvopastoril da sub-região;*
 - ii) *Optimizar a gestão dos recursos silvopastoris;*
 - iii) *Integrar totalmente a actividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados.*
- f) *Aumentar a actividade associada à caça, enquadrando-a com a actividade silvopastoril e conservação:*
 - i) *Aumentar o conhecimento do potencial cinegético da região;*
 - ii) *Aumentar o número de áreas com gestão efectiva, a rentibilidade da actividade cinegética e manter a integridade genética das espécies cinegéticas;*
 - iii) *Aumentar o nível de formação dos responsáveis pela gestão de zonas de caça.*
- g) *Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificados;*
- h) *Recuperar os espaços florestais que apresentem baixa vitalidade;*
- i) *Adequar os espaços florestais à crescente procura de actividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico:*
 - i) *Definir as zonas com bom potencial para o desenvolvimento de actividades de recreio e com interesse paisagístico e elaborar planos de adequação destes espaços ao uso para recreio;*
 - ii) *Dotar as zonas prioritárias para recreio e com interesse paisagístico com infra-estruturas de apoio;*
 - iii) *Adequar o coberto florestal nas zonas prioritárias para a utilização para recreio e com interesse paisagístico.*

j) Manutenção do número de ocorrências de fogos florestais e área queimada em níveis baixos.

- **Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo (PBH Tejo)** – publicado em Decreto Regulamentar n.º 18/2001 de 7 de Dezembro.
- **Plano de Bacia Hidrográfica do Sado (PBH Sado)** - publicado em Decreto Regulamentar n.º 6/2002 de 12 de Fevereiro.
- **Plano Rodoviário Nacional (PRN)** – publicado em Decreto-Lei nº 182/2003 de 16 de Agosto.

2.2.2. Planos de âmbito regional

- **Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT A)** - Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2006 de 23 de Março e Declaração de Rectificação n.º 28-A/2006 de 19 de Maio que determina a sua elaboração.

2.2.3. Planos de âmbito municipal

- **Plano Director Municipal de Montemor-o-Novo** – aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/94 de 2 de Fevereiro, alterado pela Resolução do conselho de Ministros n.º 2/2007 de 5 de Janeiro.
- **Plano Director Municipal de Évora** – publicado em Diário da República n.º 18 – 2ª Série de 28 de Janeiro, através do Regulamento n.º 47/2008.

- **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios** – aprovado pela AFN em Março de 2009 para o concelho de Montemor-o-Novo. Apresentam-se em seguida os eixos estratégicos e principais objectivos.

De acordo com o disposto pela Resolução de Conselho de Ministros N.º65/2006, de 26 de Maio, o PMDFCI do Município de Montemor-o-Novo, assenta todas as suas acções de defesa e prevenção da floresta contra incêndios em 5 eixos estratégicos:

- 1º Eixo: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
- 2º Eixo: Redução da incidência dos incêndios,
- 3º Eixo: Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios,
- 4º Eixo: Recuperar e reabilitar os ecossistemas
- 5º Eixo: Adaptação de uma estrutura orgânica funcional eficaz.

De acordo com o Relatório, o primeiro eixo estratégico pretende estabelecer ligação entre o ordenamento do território e o planeamento florestal, o que até à data não se tem verificado em Portugal, sendo prova disso as constantes alterações legislativas e o ajuste de aspectos de âmbito fiscal dirigidos ao sector florestal. É, então, importante promover a gestão florestal e intervir antecipadamente em áreas estratégicas, designadamente, povoamentos florestais com elevado valor económico, áreas florestais de importante valor natural e paisagístico, assim como, habitats naturais de protecção e áreas de protecção especial.

O segundo eixo - Redução da incidência dos incêndios refere que para reduzir a incidência dos incêndios florestais, será fundamental actuar junto da população com acções de sensibilização e fiscalização de forma a melhorar

o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações. Com essa finalidade serão implementadas diversas campanhas de sensibilização, em função dos segmentos populacionais definidos pelas motivações e casualidade regional, e definidas áreas críticas e prioritárias para fiscalização.

O terceiro eixo estratégico pretende melhorar a eficácia do ataque e da gestão de incêndios. Neste sentido é fundamental a organização de um dispositivo que preveja a mobilização de meios e recursos, de forma a garantir a detecção e extinção dos mesmos, devendo esta ser uma prioridade ao nível do planeamento.

Este eixo contempla ainda uma acção denominada **Equipas de Voluntariado Jovem para as Florestas**. As equipas do Voluntariado Jovem são criadas ao abrigo do “Programa de Voluntariado Jovem para as Florestas” do Instituto Português da Juventude (IPJ), sendo no Município de Montemor-o-Novo coordenado pela CMDFCI, com destaque para algumas entidades que a compõem, tal como a Câmara Municipal, os Bombeiros Voluntários e a GNR.

Os objectivos contemplados neste Programa são os seguintes:

- Contribuir para a preservação e conservação da Floresta;
- Envolver os jovens na preservação dos valores naturais do SIC;
- Diminuir o número de ocorrências e a extensão de área ardida;
- Sensibilizar os proprietários e utentes do espaço florestal para a problemática dos incêndios e necessidade de adopção de medidas preventivas;
- Incentivar os jovens para a importância da intervenção cívica, tornando-os em agentes de mudança através da adopção de uma atitude pró-activa.

Recuperar e reabilitar os ecossistemas é o grande objectivo a atingir no 4º Eixo Estratégico, sendo a avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo, os objectivos operacionais que se pretendem alcançar no presente PMDFCI. A importância e a urgência da intervenção na recuperação das áreas ardidadas têm sido especialmente reconhecidas após a dimensão dos incêndios dos últimos anos. As grandes extensões afectadas, a nova geografia do fogo (que atingiu áreas anteriormente pouco percorridas pelos incêndios), e o incipiente conhecimento técnico e científico utilizável para a posterior gestão dessas áreas ardidadas fez com que surgissem diversas iniciativas privadas e públicas, de que se destaca a criação do Conselho Nacional de Reflorestação e das correspondentes Comissões Regionais.

O 5º Eixo Estratégico – Adaptação de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz refere que no sentido de se adoptar uma estrutura orgânica funcional e eficaz para a protecção das áreas florestais, das pessoas e dos seus bens, é fundamental a existência de uma organização a nível municipal fundamentada em volta de uma política de prevenção, protecção e socorro. Neste sentido, é fundamental que a CMDFCI seja operacional e que consiga fomentar e implementar operações de DFCl, garantindo, ao mesmo tempo, todo o apoio técnico e logístico necessário.

3. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

3.1.1. Geologia e Geomorfologia

O SIC Monfurado localiza-se no distrito de Évora, abrangendo parte do concelho de Évora e de Montemor-o-Novo. O elemento fundamental do relevo da região é uma superfície de erosão, aplanada, designada por peneplanície alentejana, marcado por um importante conjunto morfológico que se estende de Montemor a Valverde, a Serra de Monfurado, compartimento elevado pela actividade tectónica, cujos topos chegam um pouco acima dos 400 metros (Feio & Martins, 1993 *in* Espírito-Santo et al 2007).

Em termos geológicos, o SIC Monfurado localiza-se na unidade morfoestrutural da Península Ibérica denominada Maciço Hespérico, sendo que os terrenos mais antigos datam do Proterozóico superior e são constituídos por migmatitos e gnaisses granitóides, aos quais se sobrepõe um complexo metamórfico com várias litologias (micaxistos, grauvaques, metaliditos, metavulcanitos) no qual se inclui a "Formação de Escoural". As unidades litoestratigráficas presentes são do Câmbrio inferior (micaxistos e leptinitos anfibólicos), Ordovícico-Silúrico (metavulcanitos, anfibolitos e micaxistos), Devónico médio ao Carbónico inferior (xistos, grauvaques, vulcanitos e calcários) (Carvalhosa & Zbyszewski, 1994; Oliveira, 1992 *in* Espírito-Santo *et al.* 2007).

A Serra de Monfurado é constituída por um conjunto de relevos, de direcção geral WNWESE, cujos topos se elevam um pouco acima dos 400 metros (Serra

Morena: 407 m; Monfurado: 424 m; S. Sebastião: 441 m; Carvalhal: 422 m; Serra do Conde: 431 m). Com cerca de 20 km de comprimento e 15 km de largura, apresenta limites nítidos tanto a sul como a leste, mas mais complexos e esbatidos a norte e oeste. Para noroeste a diferença de relevo vai-se atenuando progressivamente em direcção à bacia do Baixo Tejo.

No cimo da serra, em posição culminante, observa-se uma aplanação conservada nos topos de interflúvios a cerca de 350-400 m (na região do Escoural) e 300-350 m (em Montemor), um tanto degradada pela rede de drenagem.

A serra é limitada tanto ao norte, como ao sul e leste, por ressaltos topográficos vigorosos, de traçado rectilíneo, respectivamente, a escarpa de Montemor, de Santiago do Escoural e de Valverde, dominando em cerca de 150 a 200 m a peneplanície circundante.

Embora a erosão diferencial tenha desempenhado um papel importante na definição da Serra de Monfurado, a interpretação por levantamento tectónico é a mais plausível, dado que as escarpas não coincidem com limites geológicos. Assim, aqueles degraus correspondem provavelmente à expressão geomórfica da reactivação de falhas que desnivelaram a peneplanície durante o Neogénico e Quaternário. (www.ipa.min-cultura.pt/pubs/TA/folder/48/TA48034.pdf).

De um ponto de vista morfotectónico, a Serra de Monfurado pode ser interpretada como uma estrutura composta, do tipo *horst*, delimitada por falhas de direcção geral WNW-ESE e recortada nalguns sectores por acidentes oblíquos, de direcção geral NE-SW, paralelos ao sistema de falhas de Messejana-Ávila (www.ipa.min-cultura.pt/pubs/TA/folder/48/TA48034.pdf).

3.1.2. Clima

O clima da região é tipicamente mediterrâneo, com amplitudes térmicas significativas e marcadas diferenças entre a estação seca e a estação chuvosa. A área integra-se no andar meso-mediterrâneo inferior, com ombroclima dominante sub-húmido, registando-se valores médios de precipitação em torno dos 900 mm/ano, e com índice de continentalidade euoceânico (Gomes, 1997, p. 7-8), ainda que ao longo do óptimo climático do Atlântico se tenham, seguramente, registado níveis de humidade médios superiores aos actuais. (www.ipa.min-cultura.pt/pubs/TA/folder/48/TA48034.pdf).

O SIC e Serra de Monfurado, constituem o ponto de confluência das bacias hidrográficas do Tejo, Guadiana e Sado na região central do Alentejo. À sua escala, Monfurado assume a complexidade edafo-climática de outras zonas montanhosas portuguesas, a que a alternância entre influências continentais e atlânticas não é alheia. As encostas voltadas a norte e oeste amparam com suavidade as massas de ar marítimo, humedecendo frequentemente o ar e levando a que nas depressões o nevoeiro se instale com facilidade. Como uma ilha, o SIC apresenta no sul de Portugal cambiantes de locais mais setentrionais, constituindo uma fronteira e transição entre a estepe cerealífera que se desenvolve a sul e o montado misto a norte.

3.1.3. Declives

Esta análise assume-se também, a par das análises anteriores, como um dos elementos fundamentais para a compreensão e proposição de usos para um dado território.

"Os taludes naturais constituem o elemento mais importante das formas do relevo. (...) Na descrição dos taludes naturais, o declive é o aspecto mais significativo e facilmente cartografável." (apontamentos extraídos de L.N.E.C.-Proc.54/15/5301, sem outras referências).

Além disso, *"permite esta análise uma caracterização com mais pormenor e objectividade, por introduzir o factor quantitativo à interpretação do relevo"* (Cancela d' Abreu, 1982).

A marcação dos declives relaciona a diferença entre variação de cotas altimétricas e planimétricas, sendo um estudo fundamental para o ordenamento. O estudo do declive foi elaborado no sentido de fornecer informação sobre o risco de erosão dos solos e permitir a definição de zonas com apetência para diversos usos. As classes de declives foram escolhidas de acordo com as características do relevo em estudo e são apresentados na Carta de Declives.

As classes de declive consideradas para o SICMonfurado representam as principais fisionomias do relevo:

Quadro II - Classes de Declives

Intervalo considerado	Designação da classe	Limitações gerais
0 - <=2 %	Declive muito suave	Pode revelar problemas de drenagem.
2 - 5 %	Declive muito suave	Pode revelar problemas de drenagem.
5 - 10 %	Declive moderado	Pequenos riscos de erosão.
10 - 15 %	Declive acentuado	Riscos de erosão moderados a elevados de acordo com as características do s solos
15 - 25 %	Declive acentuado	Riscos de erosão elevados.
> 25 %	Declive muito acentuado	Riscos de erosão muito elevados.

Da análise da Planta de Declives para o SIC Monfurado, verifica-se que a sudoeste predominam as classes compreendidas entre os 0-2% e 2-5%. Os declives acentuados, que implicam riscos de erosão estão associados às áreas de serra, sendo mais significativos na Serra de Monfurado. A restante área apresenta um relevo ondulado, onde os declives variam entre os 5 e 15%, não apresentando riscos de erosão muito significativos.

3.1.4. Síntese Fisiográfica

"A marcação das linhas de fecho (linhas de cumeada ou de separação de águas, que unem os pontos de cotas mais elevados) e de talvegue (linhas de drenagem natural, que unem os pontos de cotas mais baixas), constitui uma das análises paisagistas mais importantes para a percepção da dinâmica e funcionamento fisiográfico do território, sendo por isso também descritas como as "linhas fundamentais do relevo de uma dada região" (Barreto et al., 1970, in Cancela d' Abreu, 1982).

A sua leitura permite "*a interpretação fisiográfica quase paralela (...) ao funcionamento orgânico*" dessa área em estudo. Definem-se assim bacias ou troços de bacias hidrográficas, percebe-se o sentido e esquema da circulação hídrica superficial, induzem-se os movimentos das massas atmosféricas topoclimáticas, admitem-se processos humanizados de circulação potencial e adivinham-se pontos e circuitos de elevado interesse panorâmico.

Por seu lado, a importância dos centros de distribuição nos festos e dos centros de encontro nos talwegues, permitem hierarquizar estruturalmente todo um território, definindo claramente os pontos e linhas notáveis do seu funcionamento hídrico, base essencial do seu funcionamento global.

Em termos da sua representação, a importância relativa dos festos e talwegues é proporcional à importância da bacia que delimitam e drenam; assim dentro da mesma bacia, a largura da marcação dos talwegues aumenta de montante para jusante enquanto as dos festos se faz no sentido inverso.

As linhas estruturantes de relevo, linhas de festo e talwegues, têm um papel importante na funcionalidade da paisagem, uma vez que é através da definição da fisiografia que ocorrem os processos físicos de circulação de massa de ar, água e nutrientes, assim como os processos biológicos. A estrutura fisiográfica é também condicionante à circulação humana e sua ocupação do território.

A marcação de classes hipsométricas visa a melhoria da percepção das formas do relevo através do agrupamento de várias classes de altitude (classes hipsométricas), feito em função das cotas máximas e mínimas da zona

em estudo, objectivos do mesmo, vigor e acidentado da região e da escala de trabalho.

Para o SIC Monfurado definiram-se as seguintes classes hipsométricas:

Quadro I – Classes hipsométricas

> 350 m	Zona onde se localiza a parte mais alta da Serra de Monfurado
300 m – 350 m	Cotas que permitem o destaque de zonas de cumeada
250 m – 300 m	Cotas superiores que permitem identificar a transição entre as zonas baixas e zonas altas para se iniciar o traçado das linhas de cumeada. Sopé da Serra de Monfurado
200 m – 250 m	Cotas médias
150 m – 200 m	Cotas mais baixas
< 150 m	Zona mais baixa da área de intervenção – Ribeira de São Cristovão.

A área de intervenção caracteriza-se por um relevo relativamente ondulado associando-se o predomínio dos montados (de azinho, sobro e misto) com densidades variáveis – mais fechados e com matos nas zonas mais declivosas e vales mais encaixados; mais abertos nas zonas menos declivosas. Estas últimas, frequentemente em situações mais elevadas (“planaltos”), estão ocupadas por sistemas de sequeiro e pastagens (por vezes com sobreiros ou azinheiras dispersas), por pequenas manchas de regadio, bem como por algumas reduzidas e dispersas manchas de olivais e policulturas, associadas aos assentos de lavoura e às aldeias existentes.

A Serra de Monfurado é constituída por um conjunto de relevos, de direcção geral WNWESE, cujos topos se elevam um pouco acima dos 400 metros. Com cerca de 20 km de comprimento e 15 km de largura, apresenta limites nítidos tanto a sul como a leste, mas mais complexos e esbatidos a norte e oeste. Para noroeste a diferença de relevo vai-se atenuando progressivamente em direcção à Bacia do Baixo Tejo.

Da análise da planta com as classes hipsométricas verifica-se que o SIC Monfurado localiza-se na sua maioria em zonas com altitude superiores a 300 m, onde é possível identificar a transição entre as zonas baixas e zonas altas, para se iniciar o traçado das linhas de cumeada. A Serra de Monfurado desenvolve-se acima dos 350 m, tendo o seu ponto mais alto pouco acima dos 400m. A zona mais baixa da área localiza-se na zona SSW, na bacia da Ribeira de São Cristovão.

3.1.5. Hidrologia

A rede hidrográfica do SIC Monfurado divide-se pelas bacias hidrográficas do Rio Sado e do Rio Tejo (Figura 2). Os troços caracterizam-se principalmente por linhas de água de cabeceira, com formação em nascentes, e com uma rede de drenagem bastante influenciada pelo relevo acentuado da Serra de Monfurado (Flebbe, 2003). As inúmeras ribeiras nesta área têm um regime temporário, devido à estreita relação que mantêm com o clima da região onde se inserem e à baixa permeabilidade das rochas dominantes no SIC Monfurado (Pereira, 2002 *in* Almeida, 2007).

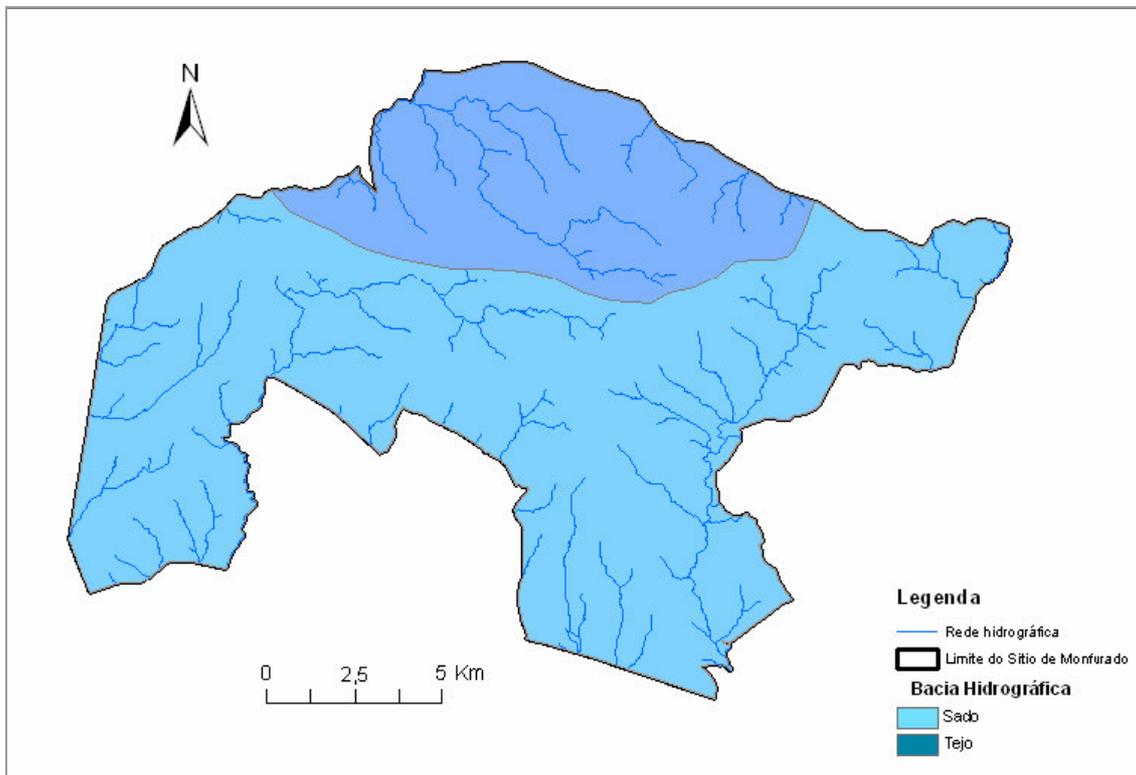


Figura 2 – Bacias hidrográficas e principais linhas de água existentes no SIC Monfurado (retirado de Almeida, 2007)

3.1.6 Qualidade da água

Os rios e ribeiras de Monfurado formam uma rede estruturante da paisagem e algumas espécies e habitats aquáticos e semi-aquáticos de Monfurado encontram-se listados na Directiva Habitats da União Europeia. A poluição aquática é uma das principais ameaças à conservação das suas espécies e habitats. A maior parte dos usos do solo da área deste sítio da Rede Natura estão associados à agricultura e em particular à agro-pecuária extensiva, semi-extensiva e intensiva. Estas actividades produzem subprodutos que são extremamente poluentes para os cursos de água sendo um dos potenciais factores limitantes dos objectivos de conservação do SIC Monfurado. Acresce o facto de a maior parte da área ser propriedade privada.

Por outro lado, a inexistência de tratamento das águas residuais, o mau funcionamento das ETAR's existentes e a presença de conjunto substancial de unidades de produção intensiva, na sua maioria concentradas na zona norte do SIC, contribuem de forma bastante significativa para a poluição das linhas de água.

Os períodos críticos para os problemas da qualidade da água na zona de Monfurado de uma forma generalizada ocorrem para valores de precipitação baixa. Desta forma um futuro programa de gestão/acção deve sempre contemplar prioritariamente as alturas de menor precipitação. Num cenário de alterações globais, que se pensa possa estar associado a um aumento da frequência e extensão das secas nesta parte do território, os problemas de qualidade das águas nas Ribeiras de Monfurado serão muito provavelmente acentuados. Acresce o facto de estar a aumentar o número de albufeiras que fazem a retenção da água nos períodos críticos, acentuando o regime torrencial destas ribeiras (Branquinho C. *et al*, 2007).

As Ribeiras do SIC de Monfurado não são uma fonte importante de Ni, Pb, Hg, Cd, Co e Cr. As ribeiras com maior quantidade de sedimentos apresentaram maior concentração de Fe, Mn e Zn. Os resultados mostraram que não havia variação na concentração de metais entre as diferentes classes litológicas. O Cu, Zn, As, Fe e Mn mostraram estar relacionados com alguns usos de solos como a agricultura permanente, as zonas de pastoreio, com o número de vacas e com a existência de fossas sépticas ou descargas de efluentes domésticos directas. Foi ainda possível verificar que a maior parte das ribeiras apresentavam indicadores significativos de eutrofização. As zonas de maior risco de qualidade da água da região estão associadas à zona do Escoural e de Montemor-o-Novo (Branquinho C. *et al*, 2007).

3.2 CARACTERIZAÇÃO BIOLÓGICA

3.2.1.1. Introdução

Com base na informação recolhida durante o projecto GAPS pelas equipas universitárias parceiras do projecto, foram feitos os inventários das comunidades faunísticas e florísticas presentes, assim como do seus habitats naturais. Esta informação foi enriquecida com os trabalhos complementares disponibilizados pela CCDR-Alentejo e pela Universidade de Évora que têm desenvolvidos trabalhos científicos na área do SIC,.

Neste capítulo apresentam-se os valores presentes no território, nas suas diferentes componentes: fauna, flora e vegetação, e a avaliação das componentes geográficas e biofísicas, determinando critérios mensuráveis de avaliação dos valores naturais. Os critérios de relevância e a sua aplicação servirão de suporte à decisão sobre as orientações estratégicas e objectivos de gestão para o SIC. Neste âmbito foram seleccionadas as espécies de fauna e flora e os habitats naturais e semi-naturais de maior relevância para o SIC Monfurado sobre as quais se desenvolveu a metodologia de propostas de medidas e acções para a sua gestão activa e participada enquadradas nos objectivos do plano.

Na perspectiva de contribuir através da gestão activa e participada do SIC para a manutenção do estado favorável de conservação de importantes valores naturais, os objectivos do projecto GAPS são a conservação dos valores naturais do SIC Monfurado, com especial ênfase nos habitats e espécies da Directiva Habitats. No âmbito do projecto GAPS foram realizados diversos estudos de caracterização (p.ex: charcos temporários mediterrânicos, ictiofauna, flora com interesse comunitário, e quirópteros) e acções

preparatórias (p.ex: rato de Cabrera e rã-de-focinho-pontiagudo) com o inventário das principais espécies e dos principais habitats naturais presentes no SIC. Foram ainda desenvolvidas medidas de gestão activa cuja monitorização e acompanhamento por equipas científicas permitiram obter importante informação sobre melhores práticas e indicações de gestão adequadas à preservação dos valores naturais, compatibilizando-as com as actividades económicas que suportam as comunidades locais.

Reconhecendo a enorme valia dos trabalhos de caracterização do SIC decorrentes do projecto GAPS, foi desenvolvida nesta fase uma etapa de consolidação, verificação e harmonização de toda a informação existente. Os diferentes estudos realizados na área de intervenção foram objecto de rigorosa integração no âmbito do programa de gestão. Contudo, reconhece-se a existência de algumas lacunas ou insuficiente conhecimento acerca de algumas espécies e/ou habitats, ou sobre os impactes que os afectam, o que poderá colocar em causa a sua conservação designadamente por ausência de acções ou proposta de acções incompatíveis no Programa de Gestão para os Valores Naturais. Como tal, as medidas e acções propostas neste plano não podem ser interpretadas sem consulta do regulamento do PIER que prevê a necessidade de Avaliação de Incidências Ambientais de usos e actividades cujo impacte nos valores naturais não pode ser avaliado nesta fase.

3.2.1.2. Vegetação

O SIC Monfurado, com uma área total de 23 957 hectares, abrange parte dos concelhos de Montemor-o-Novo e Évora, estendendo-se entre altitudes de 150 metros até aos 420 metros, numa região tipicamente mediterrânica. A Serra de Monfurado destaca-se da peneplanície envolvente. É um maciço com 15 Km

de comprimento na direcção N-S e 20 Km entre Valverde e Montemor-o-Novo. O ponto mais elevado da Serra, o Monfurado, atinge 424 m (Pereira, 2002).

O clima do SIC apresenta as características do clima mediterrânico, com um período de secura estival e a concentração da precipitação no Inverno. À sua escala, Monfurado assume a complexidade edafo-climática de outras zonas montanhosas portuguesas, a que a alternância entre influências continentais e atlânticas não é alheia. As encostas voltadas a norte e oeste amparam com suavidade as massas de ar marítimo, humedecendo frequentemente o ar e levando a que nas depressões o nevoeiro se instale com facilidade. Este facto conduz a um aumento da precipitação, registando-se os valores anuais mais elevados do Alto Alentejo (ca. 900 mm) (Pereira, 2002). O regime de ventos predominante é de noroeste (Pereira, 2002). Como uma ilha, o SIC apresenta no sul de Portugal cambiantes de locais mais setentrionais, constituindo uma fronteira e transição entre a estepe cerealífera que se desenvolve a Sul e o montado misto a Norte.

Da revisão recente da tipologia biogeográfica da Península Ibérica (Rivas-Martínez, 2005; Costa *et al.*, 1998), resulta o seguinte enquadramento para o SIC Monfurado:

- Reino Holártico,
 - Região Mediterrânica,
 - Sub-Região Mediterrânica Ocidental,
 - Província Mediterrânica Ibérica Ocidental,
 - Subprovíncia Luso-Extremadurese,
 - Sector Mariânico-Monchiquense,
 - Distrito Alentejano.

É uma área dominada por montados de sobro e azinho bem conservados, com ocorrência resquicial, nas encostas e vales com clima fresco e húmido, de carvalhais de *Quercus faginea* subsp. *broteroi* e de *Quercus pyrenaica*, sendo o limite sul da distribuição deste último em Portugal continental.

Na zona termomediterrânica, correspondente às encostas Oeste da Serra de Monfurado, ocorre o *Asparago aphylli-Calicotometum villosae*, subserial do *Asparago aphylli-Quercetum suberis* e faciação termófila dos azinhais do *Pyro bourgaeanae-Quercetum rotundifoliae*, que inclui os espinhais de *Calicotome villosa*.

Os montados de sobro em solo silicioso da *Sanguisorbo-Quercetum suberis* são dominantes na paisagem e apresentam como etapa regressiva a *Phillyreo angustifoliae-Arbutetum unedonis*.

Nos biótopos edafo-higrófilos, em margens com elevada humidade edáfica, ocorrem os amiais da *Scrophulario-Alnetum glutinosae*, sendo substituídos pelos freixiais do *Ficario-Fraxinetum angustifoliae* em ribeiras que sofrem um maior período de estiagem. O freixial *Ficario-Fraxinetum angustifoliae* é a comunidade mais comum nas ribeiras e nas linhas de água, bem como o *Salicetum atrocinereo-australis* existente nos leitos torrenciais.

Têm como etapas de substituição os silvados do *Lonicero hispanicae- Rubetum ulmifolii* e os arrelvados vivazes do *Juncetum rugoso-effusi* (Costa et al., 1998; Pereira, 2002).

Pereira (2002) apresenta uma descrição das comunidades vegetais de grande parte da região actualmente incluída no SIC Monfurado. A vegetação potencial da maior parte da região inclui-se na *Quercetea ilicis*, na forma de bosques, pré-bosques e matagais densos pluriestratificados, dominados por

espécies esclerófilas. Actualmente estas formações encontram-se muito degradadas devido à acção humana - cortes, desbastes, práticas agrícolas, pastoreio e pisoteio (Pereira, 2002). Estão aqui incluídos os azinhais, sobreirais, carvalhais de carvalho-cerquinho e os agrupamentos arbustivos de substituição (medronhais e carrascais).

Os bosques climáticos mediterrânicos, de folha persistente ou marcescente, são bem estratificados e desenvolvem-se em solos profundos e húmidos. O sub-bosque é rico em arbustos esclerófilos como o medronheiro (*Arbutus unedo*), o folhado (*Viburnum tinus*), a murta (*Myrtus communis*) e trepadeiras como a salsaparrilha (*Smilax aspera*) e a madressilva (*Lonicera implexa*) e herbáceas umbrófilas. Actualmente, a distribuição dos bosquetes restringe-se a encostas inclinadas e de difícil acesso ou terrenos pedregosos, sem aptidão agrícola. No Passareiro e em S. Brissos encontram-se sobreirais com sobreiro (*Q. suber*), *Sanguisorba hybrida*, *Ruscus aculeatus* e *Smilax aspera*.

Em solos siliciosos profundos, surgem comunidades dominadas pelo carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*) (Quinta do Escrivão, S. Sebastião). São formações densas constituídas por árvores pequenas, arbustos altos (*Myrtus communis*, *Olea europaea* var. *sylvestris*) e trepadeiras (*Hedera helix*, *Lonicera implexa*, *L. peryclymenum*, *Smilax aspera* e *Tamus communis*). O estrato arbustivo é dominado por *Crataegus monogyna*, *Rubus ulmifolius*, *Cistus psilosepalus*, *C. salvifolius*, *Genista triacanthos* e *Ulex australis* subsp. *welwitschianus*). Estas comunidades contactam com comunidades dominadas pelo sobreiro e, na proximidade de linhas de água, com freixiais.

Nos locais mais quentes e secos (encostas com exposição sul e sudoeste) ocorrem azinhais com trepadeiras, *Calicotome villosa* e *Paeonia broteroi*. O estrato arbustivo é dominado pelo sargaço (*Cistus salvifolius*) nas orlas mais expostas.

Os bosquetes de carvalho-negral (*Q. pyrenaica*) incluem-se na *Querco-fagetea* e ocorrem em encostas frias e húmidas (Serra do Conde). São dominados pelo carvalho-negral, podendo ocorrer igualmente o sobreiro no estrato arbóreo. O estrato arbustivo é denso e apresenta elementos da *Quercetea ilicis* - *Arbutus unedo*, *Daphne gnidium*, *Pyrus bourgaeana*, *Quercus coccifera*, *Rhamnus alaternus*, *Ruscus aculeatus*, *Crataegus monogyna*, *Lonicera periclymenum*, *Rubus ulmifolius*). São também comuns cistáceas (*Cistus psilosepalus*, *C. salvifolius*) e caméfitos (*Calamintha baetica*, *Origanum virens*). O carvalho-negral ocorre ainda em sebes arbóreas ou arbustivas (com *Crataegus monogyna*, *Prunus spinosa*, *Rosa canina*, *Rubus ulmifolius*) delimitando prados húmidos e, na ribeira do Carvalhal, encontram-se bosquetes mistos de carvalho-negral e freixo (*Fraxinus angustifolia*).

Entre os matagais destacam-se os matagais silicícolas de *Calicotome*, densos e impenetráveis, dominados pela *Calicotome villosa*, acompanhada por *Rhamnus alaternus*, *Quercus rotundifolia* e *Olea europaea* var. *sylvestris* (pedreiras do Escoural, Nogueirinha, Serrinha, S. Brissos).

Os carrascais ocorrem em solos pouco evoluídos e ricos em bases e apresentam elevada cobertura do carrasco (*Quercus coccifera*). Incluem outras espécies arbustivas, como *Crataegus monogyna*, *Rhamnus alaternus* e *Daphne gnidium* (Serra Conde, Serrinha).

Os matagais de carvalhiça ocorrem em solos siliciosos e pedregosos, são dominados pela carvalhiça (*Quercus lusitanica*), por vezes com *Phillyrea angustifolia* e *Arbutus unedo*. Ocorrem ainda espécies da *Calluno-Ulicetea* (*Erica scoparia*) e da *Cisto-Lavanduletea* (*Cistus salvifolius*, *Lithodora prostrata*) (S. Sebastião, Boa Fé).

Os giestais da *Cytisetea scopario-striati*, que agrupa giestais de grande porte em solos siliciosos, ocorrem pontualmente na região (Almendres, S. Matias, Guadalupe, S. Sebastião). São dominados pela giesta (*Cytisus scoparius*), giesta-amarela (*Cytisus striatus*) e pelo codeço (*Adenocarpus complicatus*). Num segundo estrato apresentam *Cistus ladanifer*, *C. salvifolius*, *C. psilosepalus* e *Genista triacanthos* e caméfitos (*Calamintha baetica*, *Origanum virens*, *Lithodora prostrata*). Constituem a primeira etapa de substituição dos sobreirais. As comunidades de *C. striatus* ocorrem em locais com elevada humidade edáfica, em substituição dos bosquetes de sobreiro com carvalho-negral (Palacete Monges).

Ocorrem ainda medronhais com *Arbutus unedo* e *Phillyrea angustifolia*, acompanhados de *Rhamnus alaternus*, *Calicotome villosa* e *Pistacia lentiscus* (Casas Altas, Freguises, Almendres, Guadalupe, S. Brissos, pedreira do Escoural) e lentiscais, dominados por *Pistacia lentiscus* em locais secos com elevada insolação (Serrinha).

Os sargaçais constituem uma das formações vegetais mais abundantes na região. São dominados por *Cistus salvifolius*, com *C. crispus* e *Lavandula luisieri* e dominam as vertentes expostas a sul em solos siliciosos secos. Nos locais mais frescos e húmidos, de maior altitude e nas vertentes norte, dominam *Cistus psilosepalus* e *Genista triacanthos* (Serra do Conde, Freguises).

As galerias ripícolas são dominadas por freixiais, amiais e salgueirais da *Querco-fagetea*. Os freixiais, bosques ribeirinhos que se estabelecem em solos areno-siliciosos, raramente inundados, são a comunidade mais vulgar. Os estratos superiores, densos, são dominados pelos freixos (*Fraxinus angustifolia*) e os estratos inferiores por *Crataegus monogyna*, *Prunus spinosa*, *Rubus ulmifolius* e trepadeiras (*Hedera helix*, *Lonicera periclymenum*, *Smilax aspera*, *Tamus communis*). Na zona submersa durante o Inverno crescem helófitas (*Apium*

nodiflorum, *Oenanthe crocata*). Estas comunidades encontram-se em bom estado de conservação na Ribeira do Carvalhal.

Os amieais e salgueirais de borrazeira-negra (*Salix atrocinerea*) ocorrem em ribeiras com inundações periódicas, sem estiagem prolongada. Os amieais formam galerias ripícolas densas, dominadas pelo amieiro (*Alnus glutinosa*), com um estrato arbustivo reduzido (*Crataegus monogyna*) e trepadeiras (*Hedera helix*, *Lonicera periclymenum*, *Rubus ulmifolius*, *Smilax aspera*). As ribeiras do Carvalhal, S. Cristóvão e S. Brissos apresentam amieais em bom estado de conservação. Os salgueirais são dominados por *Salix atrocinerea* e *S. salvifolia* subsp. *australis*, esta última espécie mais rara na região. Ocupam as margens aluvionares muito limosas e constituem a primeira banda de árvores, sem sub-bosque e com um número reduzido de espécies, nas ribeiras com regimes torrenciais durante o Inverno. A faixa exterior é normalmente ocupada por silvados (Ribeira de S. Brissos, Passareiro).

Os ulmeiros ocorrem pontualmente, acompanhando amieiros (*Alnus glutinosa*), choupos-negros (*Populus nigra*) e salgueiros (*Salix atrocinerea*) (Passareiro).

Os silvados com madressilvas revestem frequentemente as orlas destas formações vegetais, ocorrendo igualmente em depressões com lençol freático superficial.

No SIC Monfurado encontra-se ainda uma grande diversidade de comunidades herbáceas nas orlas e clareiras dos bosquetes e matagais e nos arrelvados húmidos e secos. Estes últimos estão frequentemente associados às práticas agro-pastoris (pousios, pastoreio).

As orlas dos bosquetes e matagais são dominadas por herbáceas vivazes e outros elementos da *Trifolio medii-Geranietea sanguinei* (*Origanum virens*,

Pimpinella villosa, *Calamintha baetica*, *Geranium purpureum*, *Clinopodium vulgare* e *Campanula rapunculus*). Os relevados siliciosos incluem elementos da *Helianthemetea guttati* (*Trifolium campestre*, *Briza maxima*, *Trifolium stellatum*, *Medicago minima*).

As pastagens xerofíticas incluem elementos da *Stellarietea mediae* (*Bromus rigidus*, *Bromus rubens*, *Trifolium glomeratum*, *Trifolium angustifolium*, *Echium plantagineum*, *Galactites tomentosa*) que ocupam igualmente relevados subnitrófilos em pousios e margens de caminhos. Os arrelvados húmidos incluem elementos da *Isoeto-nanojuncetea* e da *Molinio-arrenatheretea* (*Agrostis castellana*, *Gaudinia fragilis* em solos húmidos e profundos) ocupam grande parte do sub-coberto dos montados de azinho e sobre. A primeira inclui a vegetação pioneira de charcos temporários, com elementos perenes e anuais de pequeno porte, que se instalam em solos periodicamente encharcados ou alagados.

As comunidades da *Poetea bulbosae* constituem prados dominados por *Poa bulbosa*, acompanhada por outras espécies anuais e perenes mantidas por pastoreio, como o *Trifolium subterraneum*.

Destacam-se ainda as comunidades rupícolas silicícolas, casmofíticas e epifíticas que colonizam fendas e fissuras de afloramentos rochosos (*Asplenium obovatum*, *Anogramma leptophylla*, *Umbilicus rupestris*, *Polypodium sp.*, *Selaginella denticullata*).

3.2.1.3. Habitats naturais e semi-naturais

O SIC Monfurado apresenta uma elevada diversidade de habitats naturais e semi-naturais. Foram identificados 21 habitats naturais da Directiva Habitats,

dos quais 3 são prioritários. A serra apresenta um claro domínio de montados (6310), extensos e em bom estado de conservação, maioritariamente de sobro (*Quercus suber*), mas também de azinho (*Quercus rotundifolia*) ou mistos em zonas mais restritas. Em subcoberto dispõem-se arrelvados mediterrânicos xerófilos, de floração primaveril ou estival, dominados por *Poa bulbosa* (6220*) habitat com excelente representatividade no SIC. A existência de montados mistos de sobro e carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), uma espécie que tem aqui o limite sul da sua área de distribuição. Regista-se ainda a presença de alguns sobreirais (9330) de pequena dimensão. Neste local ocorrem os melhores exemplos de comunidades de espinhais de *Calicotome villosa* (5330), matagais densos que em Portugal são exclusivos da região de Évora.

O SIC é atravessado por diversas ribeiras, com vegetação ripícola de amieais (91E0*), salgueirais (3280, 92A0) e freixiais (habitat 91B0) em razoável estado de conservação, onde se observam também comunidades de ranúnculos flutuantes (3170, 3260), de *Potamogeton* (3150) e vegetação bentónica de *Chara sp.* (3140).

HABITATS DE ÁGUA DOCE

- | | |
|--------------|---|
| 3140 | <i>Águas oligomesotróficas calcárias com vegetação bêntica de Chara spp.</i> |
| 3150 | <i>Lagos eutróficos naturais com vegetação da Magnopotamion ou da Hydrocharition</i> |
| 3170* | Charcos temporários mediterrânicos |
| 3260 | <i>Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da Ranunculion fluitantis e da Callitriche-Batrachion</i> |
| 3270 | <i>Cursos de água de margens vasosas com vegetação da Chenopodion rubri p.p. e da Bidention p.p.</i> |
| 3280 | <i>Cursos de água mediterrânicos permanentes da Paspalo-Agrostidion com cortinas arbóreas ribeirinhas de Salix e Populus alba</i> |

*** habitat prioritário**

Os habitats naturais de água doce estão representados no SIC como habitats águas oligomesotróficas calcárias com vegetação bêntica de *Chara* sp. associados a águas paradas de reservatórios (3140) e albufeiras com comunidades de algas flutuantes do género *Chara* (3140pt1). Nos meso lânticos associados às margens das albufeiras, valas ou linhas de água de reduzido caudal podem ocorrer contactos catenais com comunidades de hidrófitos flutuantes (3150).

Nos sistemas de águas correntes em que a qualidade das águas dos cursos não sofre alterações significativas podem-se desenvolver comunidades de macrofitos aquáticos dulciaquícolas com *Ranunculus fluitantis* (3260), nos sistemas com maior hidrodinamismo associados às águas correntes mais ou menos rápidas ou com águas pouco profundas colonizadas com comunidades de hidrófitos. Nos sistemas mais lânticos, com reduzido hidrodinamismo, as margens apresentam fácies granulométricos variados, mas frequentemente vasosos onde se instalam comunidades herbáceas pioneiras e nitrófilas da *Bidention tripartitae* (3270). Os arrelvados das margens dos cursos de água permanentes com comunidades de hemicriptófitos, frequentemente dominados por *Paspalum* sp. correspondendo ao Habitat 3280.

Os charcos temporários mediterrânicos (3170*) são um tipo de habitat húmido de importância prioritária com distribuição restrita no SIC Monfurado. Este habitat será descrito mais adiante no documento.

CHARNECAS E MATOS DE ZONAS TEMPERADAS

4030 *Charnechas secas europeias*

As charnechas da *Caluno-Ulicetea* são matos baixos de elevado grau de cobertura dominados por nanofanerófitos de carácter atlântico. São habitats comuns em todo o território nacional e ocupam preferencialmente solos derivados de rochas ácidas. No SIC está representado por urzais, estevais e tojais (4030pt5) mesófilos sub-seriais dos sobreirais. Apesar da sua abundância são um importante refúgio de biodiversidade e conferem diversidade estrutural ao agro e silvo- ecossistemas.

MATOS ESCLERÓFILOS

5330 *Matos termomediterrânicos pré-desérticos*

Os matos termo-mediterrânicos (5330) são formações esclerófitas de meso-fanerófitos, comunidades arbustivas de características fisionómicas e ecológicas de elevada diversidade estrutural e compostas por elencos específicos variados. São etapas de substituição dos bosques mediterrânicos. No Sítio está representado nas formas de piornais (5330pt2), medronhais (5330pt3), matagais com *Quercus lusitanica* (5330pt4) e matagais acidófilos com *Calicotome vilosa* (5330pt6).

FORMAÇÕES HERBÁCEAS NATURAIS E SEMI-NATURAIS

6220* *Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea*

6310 *Montados de Quercus spp. de folha perene*

6420 *Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da Molinio-Holoschonion*

6430 *Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino*

* **habitat prioritário**

As formações herbáceas presentes no SIC são semi-naturais e correspondem aos prados e pastagens que, em sub-coberto florestal, em clareiras ou em sistemas agrícolas extensivos, abundam na Serra de Monfurado.

O habitat 6220 tem uma elevada representatividade no SIC e, simultaneamente, importância prioritária para a conservação da natureza. Este habitat será descrito mais adiante no documento.

Os montados são sistemas extensivos de ocupação florestal com sobreiro onde a dinâmica pastoril tem um papel fundamental para a manutenção da sua funcionalidade. Associado ao montado de sobreiro (6310) está frequentemente uma elevada diversidade específica associada às pastagens e aos sistemas agrícolas com pousio. Nas zonas húmidas, onde o solo tem maior capacidade de retenção de humidade podem-se desenvolver comunidades de ervas altas (6420 e 6430pt1).

HABITATS ROCHOSOS E GRUTAS

8220 *Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica*

8310 *Grutas não exploradas pelo turismo*

Os habitats rochosos e grutas são importantes refúgios de biodiversidade e têm um papel estrutural importante para várias espécies da fauna. O SIC de Monfurado distingue-se pela riqueza de quirópteros cavernícolas que dependem largamente das grutas (8310). Associado aos afloramentos rochosos, nas fendas resultantes do processo de meteorização instalam-se comunidades pioneiras casmofíticas (8220).

FLORESTAS

91B0	<i>Freixiais termófilos de Fraxinus angustifolia</i>
91E0*	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i>, <i>Alnion incanae</i>, <i>Salicion albae</i>)
9230	<i>Carvalhais galaico-portugueses de Quercus robur e Quercus pyrenaica</i>
9240	<i>Carvalhais ibéricos de Quercus faginea e Quercus canariensis</i>
92A0	<i>Florestas-galerias de Salix alba e Populus alba</i>
9330	<i>Florestas de Quercus suber</i>
9340	<i>Florestas de Quercus ilex e Quercus rotundifolia</i>

* habitat prioritário

Dos habitats de floresta presentes no SIC o montado de sobro (6310) é o mais importante e com maior expressão territorial. Contudo, destacam-se as florestas temperadas (freixiais 91B0 e amieais 91E0*pt1) cuja distribuição está limitada aos cursos de água permanente. Estas florestas-galeria são importantes corredores ecológicos e são vitais para a estrutura e funcionamento do ecossistema do SIC Monfurado.

As florestas caducifólias mediterrânicas estão representadas pelos carvalhais galaico portugueses (9230) e pelos carvalhais ibéricos (9240), de onde se destacam os primeiro por estarem numa zona de limite geográfico de distribuição e em bom estado de conservação.

As florestas esclerófilas estão representadas pelos azinhais (9340pt1) e sobreirais (9330). São formações arborescentes e de matos altos com elevada cobertura mas com distribuição muito limitada no SIC. As suas áreas foram progressivamente substituídas pelos sistemas de montado (6310) mas mantêm-se em zonas declivosas e sem aptidão agrícola.

No que respeita a habitats prioritários, salienta-se a presença de boas formações de amieais (habitat 91E0), e o bom desenvolvimento dos arrelvados mediterrânicos de anuais e vivazes, dominados por *Poa bulbosa* (habitat 6220), promovidos em sub-coberto no sistema de montado (habitat 6310) e por este motivo totalmente dependentes da conservação deste último. Dada a sua raridade em território comunitário, salienta-se ainda a presença de charcos temporários mediterrânicos da *Isoeto-Nanojuncetea* (habitat 3170).

3.2.1.4. Flora

O SIC Monfurado regista a presença de espécies da flora com interesse para a conservação, designadamente *Hyacinthoides vicentina* ssp. *transtagana* e *Halimium verticillatum* (cuja presença foi identificada no âmbito dos trabalhos do projecto GAPS), ambos classificados como endemismo lusitano e contemplados pelo Anexo II da Directiva Habitats. *Salix salvifolia* subsp. *australis*, endemismo ibérico igualmente incluído no Anexo II da Directiva Habitats é também citado para esta região. Pereira (2002) identificou 758 taxa numa região que inclui grande parte da actual área do SIC. Entre o elenco florístico da região, a autora elegeu um conjunto de espécies raras e interessantes para o território: *Osyris quadripartita*, presente no sub-bosque de sobreirais (Guadalupe), *Drosophyllum lusitanicum* observado em pequenos grupos nas orlas de sobreirais com pinheiro bravo (Guadalupe), *Filpendula ulmaria* registada nas orlas húmidas dos bosquetes (Casas Altas) e *Viola riviniana* característica de matos, prados e relvados húmidos (Ribeira do Carvalhal).

Esta autora destaca ainda 43 endemismos, quer pela sua raridade no território, quer por terem sido citados pela primeira vez para o Alto Alentejo. Entre os endemismos lusitanos destacam-se *Ulex australis* subsp. *welwitschianus*

frequente nos urzais (S. Sebastião, Castelos, Monte Torre e Passareiro) e *Allium pruinaum* nas orlas de carrascais e matagais de carvalhiça (Guadalupe, Almendres). Entre os endemismos ibéricos destacam-se *Salix salvifolia* subsp. *australis* (S.Brissos, Passareiro); *Paeonia broteroi* nas orlas de matos e bosquetes (Serrinha, Guadalupe); *Fritillaria lusitanica* em pinhais e matos baixos (Guadalupe, Almendres); *Luzula forsteri* vulgar nas orlas frescas e sombrias dos bosquetes, em solos húmidos e siliciosos (Serra do Conde, S. Brissos, Passareiro, Casas Altas, Freguises e Castelos); *Gagea polymorpha*, em fendas de rocha (Almendres). *Sanguisorba hybrida* e *Lavandula luisieri*, embora apresentem igualmente estatuto de endemismo, são vulgares no território estudado.

Os endemismos europeus incluem espécies raras no território, como *Clematis campaniflora* (Ribeira do Carvalhal), *Ranunculus hederaceus* (Fonte da Talisca), *Halimium verticillatum* (Corta-Rabos), *Gallium mollugo* (Serra do Conde), *Salvia sclareoides* (Serrinha), *Serratula monardii* var. *monardii* (Almendres), *Merendera pyrenaica* (Guadalupe), *Narcissus papyraceus* (Nogueirinha) e *Orchis champagneuxii* (Guadalupe), e espécies frequentes como, *Silene scabriflora*, *Cistus psilosepalus*, *Verbascum virgatum*, *Anarrhinum bellidifolium*, *Linaria spartea*. Outras espécies cuja classificação como endemismo europeu ou ibérico não reúne consenso entre os autores incluem: *Ranunculus olissiponensis* (orlas da Ribeira do Carvalhal), *Sedum arenarium* (Monte da Torre, Palacete Monges), *Cytisus striatus* (Palacete dos Monges), *Digitalis thapsi*, frequente em encostas pedregosas, pousios e *Pulicaria paludosa* frequente em sítios húmidos ou temporariamente inundados.

3.2.1.5. FAUNA

O SIC Monfurado é caracterizado pela ocorrência de habitats pouco comuns ou particularmente bem conservados, como é o caso de alguns montados e

galerias ripícolas, que indiciam a existência de comunidades faunísticas valiosas para a conservação, havendo referências relativas à presença de espécies ameaçadas de diferentes grupos de vertebrados (SNPRCN, 1991 & ICN, 1996 *in* Silva, 2001). A existência conjunta destas situações confere à área um carácter único e particular no Alentejo, razão pela qual constitui um património ecológico, florístico, e faunístico elevado que carece ser preservado (SNPRCN, 1991 *in* Silva, 2001).

O SIC apresenta uma elevada riqueza e importância faunística, com 301 espécies identificadas: 39 mamíferos (considerando o gato-bravo assim com 16 espécies de morcegos), 101 aves, 11 répteis, 12 anfíbios, 9 peixes, 70 carabídeos, 40 lepidópteros e 19 insectos aquáticos (UE, 2005). Trata-se de uma zona importante em termos de alimentação e refúgio para as diversas comunidades. A existência de diversas grutas na zona é de grande importância para os quirópteros, sendo de salientar o morcego-rato-grande (*Myotis myotis*) (criação e hibernação) e o morcego-de-ferradura-mourisco (*Rhinolophus mehelyi*) (hibernação). A área de montado assume ainda um papel relevante como zona de alimentação destas espécies, assim como para o rato de Cabrera (*Microtus cabreræ*), o qual tem neste SIC numerosas colónias confirmadas. Destacam-se ainda a presença da lontra (*Lutra lutra*), com uma distribuição ampla e populações estáveis que se distribuem ao longo da maioria das ribeiras e albufeiras, bem como o gato-bravo (*Felis silvestris*), espécie que tem vindo a regredir devido à escassez de presas e à actividade cinegética incorrectamente ordenada e gerida. O SIC apresenta ainda características de habitat adequadas, ou susceptíveis de serem optimizadas, de forma a promover a ocorrência de lince-ibérico (*Lynx pardinus*) ou permitir a sua reintrodução a médio/longo prazo. No que diz respeito as outras espécies, verifica-se que *Mustela putorius* será raro, assim como *Arvicola sapidus* e *Microtus lusitanicus*. Estes dados deverão ser particularmente importantes pois existe informação insuficiente, a nível

nacional, sobre *Mustela putorius* (DD) e, embora *Arvicola sapidus* tenha estatuto *Menos Preocupante* (LC) em Portugal, é considerado *Vulnerável* (VU) em Espanha, tendo uma distribuição restrita na área de estudo.

Relativamente a avifauna os biótopos com maior importância são as galerias ripícolas e os montados. A maioria das espécies existentes no SIC insere-se na categoria *Pouco Preocupante* (76 espécies), no entanto existem 11 espécies com Estatuto de Conservação desfavorável:

- i. os migradores estivais como cuco-rabilongo *Clamator glandarius* (*Vulneráveis*), picanço-barreteiro *Lanius senator*, águia-calçada *Hieraaetus pennatus*, águia-cobreira *Circaetus gallicus*, rouxinol-pequeno-dos-caniços *Acrocephalus scirpaceus* (*Quase ameaçadas*) e torcicolo *Jynx torquilla* (*Deficiência de dados*).
- ii. os residentes como peneireiro-cinzento *Elanus caeruleus*, corvo *Corvus corax* e Bufo-real *Bubo bubo* (*Quase ameaçadas*).
- iii. os invernantes ou que ocorrem durante movimentos de dispersão ou migração como falcão-peregrino *Falco peregrinus* (*Vulnerável*), maçarico bique-bique *Tringa ochropus* e milhano *Milvus milvus* (*Quase ameaçadas*).

No que respeita à herpetofauna, salientam-se a presença do cágado-de-carapaça-estriada (*Emys orbicularis*), do cágado-mourisco (*Mauremys leprosa*), cobra-de-capuz (*Macroprotodon brevis*) e a rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*). Relativamente à ictiofauna, destaca-se a presença da boga-portuguesa *Chondrostoma lusitanicum*, endemismo lusitano criticamente em perigo, o escalo do sul (*Squalius pyrenaicus*), que possui o estatuto de conservação de *Em Perigo* (EN) no nosso país. E ainda várias espécies com interesse para a pesca desportiva como a carpa (*Cyprinus carpio*), o pimpão (*Carassius auratus*) e o barbo (*Barbus bocagei*).

O SIC Monfurado revela-se de grande importância para os insectos pois é uma área com diversidade de habitats e, devido às suas características geomorfológicas e climáticas, propicia uma maior diversidade específica de insectos, destacando-se da restante região envolvente. Existem assim vários endemismos, quer ibéricos quer lusitânicos, de carabídeos (Carabidae, Coleoptera). Merece destaque também a espécie *Euphydryas aurinia*.

3.3. VALORES NATURAIS

O Programa de Gestão para os Valores Naturais do SIC Monfurado assenta em medidas de gestão e acções destinadas a recuperar ou valorizar espécies e habitats naturais que se reconhece hoje estarem a ser alvo de ameaças com origem humana, como a intensificação do pastoreio, o uso desregrado do espaço rural, e a poluição e degradação de habitats ripícolas, a que se associam o risco sazonal de incêndios florestais.

Na área do plano foram identificados os principais valores naturais associados aos habitats, à flora e à fauna. Os critérios de valoração estão associados à importância para a conservação da natureza. A importância é um atributo que se deve à necessidade de intervenções através de medidas de gestão activa para a manutenção do estado favorável de conservação da espécie ou habitat. Assim, foram seleccionados os valores naturais mais importantes pela sua prioridade para a conservação da natureza no âmbito da Rede Natura 2000 (espécies e habitats prioritários), pelo estatuto de ameaça (livro vermelho dos vertebrados de Portugal) ou pelo papel estrutural na dinâmica dos ecossistemas no SIC Monfurado (e.g. montado de sobro e carvalhais).

O programa de gestão desenvolve medidas e acções de gestão para os valores naturais em presença no SIC.

Em anexo, inclui-se a cartografia da distribuição espacial, das espécies e habitats naturais com importância para a conservação sobre as quais se desenvolveram medidas de gestão no âmbito do programa de gestão do SIC Monfurado.

Para a elaboração da cartografia das espécies e habitats utilizaram-se as seguintes fontes:

Povoamentos de Quercus pyrenaica e Povoamento de Quercus faginea

Diogo A, Martins A, Oliveira G, Leena L, Loução M, SimSim M, Correia O, Palmira Carvalho & Sónia Malveiro 2007. GAPS – Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado, Rede Natura 2000 – Relatório técnico final, Acção A1, ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE Q. PYRENAICA E Q. FAGINEA NO SÍTIO DE MONFURADO, Anexo I, CEBV-FCUL, Lisboa.

Hyacinthoides vicentina

Clemente A, Malveiro S, Correia O & Martins-Loução MA, 2007. GAPS – Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado, Rede Natura 2000 – CEBV-FCUL, Relatório técnico final, Acção A1, Caracterização da distribuição actual e potencial das espécies de Flora do anexo II no Sítio de Monfurado. Lisboa.

Halimium verticillatum

Santos A, Martins C, Matos, 2008. “Halimium verticillatum (brot.) sennen: Caracterização e propostas de gestão”, Relatório final, Acção A7- *Halimium* /Projecto GAPS (Life 03/NAT/000018), Município de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo

Euphydryas aurinia

Figueiredo D, Oliveira A, Miralto O, Sítio do Monfurado Conservação e Valorização Património Natural – 2ª fase, Estudos de fauna, Volume VII – Insectos. Évora.

Discoglossus galganoi

Mira A, Carvalho F, Alcobia S, (2008). GAPS – Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado (Life03/NAT/P/000018), Acção A7 – Acções Preparatórias do Plano de Gestão, Rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi* CAPULA, NASCETTI, LANZA, & CRESPO, 1985) relatório final. Évora. 53 pp.

Microtus cabreræ

Mira A, Carvalho F, Alcobia S, (2008). GAPS – Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado (Life03/NAT/P/000018), Acção A7 – Acções Preparatórias do Plano de Gestão, Inventariação e cartografia de colónias de Rato de Cabrera (*Microtus Cabreræ* Thomas, 1906) no Sítio do Monfurado, Adenda intercalar ao relatório nº 3. Évora. 16 pp.

Chondrostoma lusitanicum, Chondrostoma polylepis e Squalius pyrenaicus

Almeida PR, Alexandre C, Ferreira J, Rodrigues G, Andrade N, Espanhol R, 2007. GAPS – Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado, Rede Natura 2000 – CEBV-FCUL, Relatório técnico final, Acção A3- Inventariação da ictiofauna do Sítio de Monfurado e proposta para a sua gestão. Lisboa.

Abrigos de morcegos

Marques TJ e Rainho A 2007. GAPS – Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado, Rede Natura 2000 – ICN, Relatório técnico final, Acção A5. Lisboa
Tendo por base a cartografia associada ao Relatório acima referido foi efectuada uma revisão à mesma na fase de discussão pública, tendo em conta as orientações e o devido acompanhamento dos autores do relatório

em causa. Esta revisão teve como objectivo introduzir nova informação obtida após o projecto GAPS.

Habitats naturais

"Charcos Temporários Mediterrâneos"

Espírito Santo D, Silva V, Cruz Pinto C, 2007. Caracterização do habitat "Charcos Temporários Mediterrâneos" e proposta de programa para a sua gestão, Relatório final, Acção A4- Projecto GAPS (Life 03/NAT/000018), Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

Outros

Plano Sectorial da Rede Natura 2000, Instituto da Conservação da Natureza, 2006, Lisboa.

3.3.1. HABITATS

Verifica-se a ocorrência de habitats naturais e semi-naturais importantes para a conservação, designadamente os habitats prioritários da Directiva Habitats 3170, 6220 e 91E0*, bem como outros de elevada expressão paisagística cuja manutenção é fundamental para a manutenção do grau de naturalidade do SIC associado às actividades humanas, designadamente os montados (6310) e carvalhais (9230 e 9240).

3170* Charcos temporários mediterrânicos

Os charcos temporários mediterrânicos caracterizam-se por complexos de comunidades adaptadas a solos temporariamente encharcados e constituídas maioritariamente por plantas anuais de floração primaveril da classe *Isoeto-Nanojuncetea*. São comunidades de elevada diversidade e com uma composição variável de acordo com a fisiografia, as variações temporais

na toalha freática e no abastecimento de água dos charcos. Estudos recentes no âmbito do projecto GAPS confirmaram a presença deste habitat em apenas duas áreas relativamente próximas na região oeste do SIC, classificando outras duas áreas com potencialidades para evoluir para o habitat.

6220* Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea (malhadais)

As subestepes de gramíneas e anuais constituem arrelvados de floração primaveril ou estival, de elevada diversidade e com composição florística muito variável. São dominados por gramíneas anuais e/ou vivazes de porte variável e submetidos a uma pressão variável de pastoreio. Incluem vários sub-tipos, dos quais se destacam os malhadais (6220pt2), dominados por *Poa bulbosa*. Este habitat apresenta uma ampla distribuição no SIC, constituindo o sub-coberto dominante dos montados de sobro e azinho.

6310 Montados de *Quercus* spp. de folha perene

Os montados de sobro e azinho constituem a formação vegetal dominante no SIC Monfurado, associado a um sistema de pastorícia extensiva e, por vezes, sistemas de agricultura arvense extensiva em rotações. Os montados constituem estruturas culturais de origem antrópica dominadas pelo sobreiro (*Quercus suber*) ou azinheira (*Q. rotundifolia*). Constituem uma formação remanescente dos bosques de sobreiros e azinheiras, sendo frequente a persistência de outras espécies arbustivas em sub-bosque (e.g. *Arbutus unedo*, *Viburnum tinus*, *Myrtus communis*). De um modo geral, os montados presentes no SIC apresentam bom estado de conservação.

91E0* Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (Alno-Padion, *Alnion incanae*, *Salicion albae*)

Os bosques ripícolas de amieiro (*Alnus glutinosa*) apresentam uma elevada representatividade no SIC Monfurado e encontram-se em bom estado de conservação. Constituem as galerias ripícolas dos cursos de água de regime permanente e pouco torrencial. Estes bosques são dominados pelo amieiro e pelo freixo (*Fraxinus angustifolia*) e apresentam um estrato arbustivo com arbustos espinhosos como *Crataegus monogyna*, lianas (*Hedera helix*, *Rubus* sp., *Tamus communis*, *Lonicera* sp.).

9230 Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*

Os carvalhais de *Quercus pyrenaica* atingem o seu limite sul de distribuição no SIC Monfurado. No SIC, os carvalhais constituem bosques caducifólios residuais dominados pelo carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) que se apresentam em mosaico com o montado, associados aos bosques ripícolas ou em sebes. Os carvalhais encontram-se fragmentados, existindo com grande frequência indivíduos adultos isolados. Os núcleos de regeneração natural são pequenos, ocorrendo maioritariamente em sebes, o que sugere limitações da regeneração natural associadas à gestão dos povoamentos. A ocorrência de carvalhos tende a relacionar-se com a presença de matos, heterogeneidade da paisagem e de microclimas (por exemplo, galerias ripícolas ou sebes, acidentes topográficos), pastoreio pouco intensivo e cotas mais elevadas, situações às quais se associa também maior diversidade vegetal. Estudos recentes da flora epifítica destes povoamentos indicam geralmente boa qualidade ambiental salientando-se a ocorrência de espécies sensíveis como *Radula lindenbergiana* (musgo), *Lobaria pulmonaria*, *L. amplissima*, *Degelia plumbea*, *Nephroma laevigatum* e *Normandina pulchella* (líquenes). Contudo,

por vezes parece haver indícios de algum excesso de compostos azotados no ecossistema, indicado pela presença de espécies nitrófilas. Na Acção A2 do Projecto GAPS foi produzida cartografia com a localização comprovada de povoamentos de *Quercus pyrenaica* na área do SIC, não tendo sido possível produzir cartografia do habitat propriamente dito.

9240 Carvalhais ibéricos de *Quercus faginea* e *Quercus canariensis*

Os carvalhais de *Quercus faginea* constituem igualmente formações residuais no SIC Monfurado. Tal como os carvalhais de carvalho-negral, estes surgem em mosaico com o montado, associados aos bosques ripícolas ou em sebes. Globalmente, pode considerar-se que, pela sua menor área de ocupação (total e em cada núcleo), maior dispersão geográfica e quase-ausência de regeneração, estes carvalhais se encontram mais vulneráveis que os de carvalho-negral. Estudos recentes apontam para a necessidade de implementar medidas de gestão que contrariem o isolamento dos núcleos de *Q. faginea* remanescentes e que favoreçam a manutenção e até expansão de ambas as espécies de carvalhos no SIC. Isto reduzirá a sua vulnerabilidade a agressões ambientais e/ou antrópicas e aumentará, portanto, a sua sustentabilidade. Na Acção A2 do Projecto GAPS foi produzida cartografia com a localização comprovada de povoamentos de *Quercus faginea* na área do SIC, não tendo sido possível produzir cartografia do específica do habitat.

3.3.2. FLORA

Verifica-se a ocorrência de espécies interessantes para a conservação, designadamente *Halimium verticillatum* e *Hyacinthoides vicentina* ssp. *transtagana*, ambos classificados como endemismo lusitano e contemplados pelo Anexo II da Directiva Habitats. *Salix salvifolia* subsp. *australis*, endemismo

ibérico igualmente incluído no Anexo II da Directiva Habitats é também citado para o SIC Monfurado. Ocorrem ainda *Narcissus bulbocodium* e *Ruscus aculeatus*, ambas incluídas no Anexo IV da Directiva Habitats.

Hyacinthoides vicentina ssp. transtagana

H. vicentina encontra-se em prados de herbáceas temporariamente encharcados, na maioria dos casos em montado de sobro, azinho ou misto. Nas zonas com ligeiro declive, as plantas surgem na cabeceira das linhas de água secundárias e, nos casos em que há formações de matos (normalmente em sub-coberto dos montados) as plantas aparecem em clareiras. As principais populações de *H. vicentina* localizam-se no sector oeste do SIC Monfurado, sendo de destacar três herdades: Gouveia, Corta-Rabos e Monfurado/Gamela. Destaca-se ainda a presença da espécie em pequenos núcleos situados no sector sudeste do SIC, na região de Casa-Branca.

Halimium verticillatum

Halimium verticillatum é um pequeno arbusto de floração primaveril que normalmente ocorre em charnecas de *Quercus suber*. Esta espécie apresenta uma distribuição reduzida no SIC Monfurado, ocorrendo nas clareiras de um eucaliptal.

Narcissus fernandesii

Narcissus fernandesii, endemismo lusitano incluído no Anexo II da Directiva Habitats, foi citado para o SIC Monfurado (Ribeira de S. Cristóvão e um dos seus afluentes, na região da Quinta do Gato) no início da década de 90 do século XX. A presença desta espécie e de *Festuca duriotagana*, uma espécie com o mesmo estatuto, igualmente citada para o território, foram avaliadas

para o SIC Monfurado de 2004-2007 no âmbito do projecto GAPS (LIFE 03 NAT/P/000018). Em inquéritos realizados à população foram identificados indícios da presença de uma espécie do género *Narcissus* no SIC Monfurado que não se confirmaram no local. Foi solicitada a especialistas a confirmação da posição taxonómica dos espécimes pertencentes ao género *Narcissus* recolhidos numa localidade próxima (SIC Cabrela). De acordo com os resultados dessa avaliação os espécimes de *Narcissus*, referidos anteriormente para o SIC Monfurado, pertenciam ao *taxon Narcissus jonquilla* e não a *N. fernandesii*. Procedeu-se do mesmo modo para os espécimes de *Festuca* recolhidos no SIC Monfurado.

Festuca duriotagana

A confirmação da posição taxonómica destes espécimes revelou-se inconclusiva, embora as informações obtidas apontassem no sentido da presença de *F. ampla* e não de *F. duriotagana*.

3.3.3. FAUNA

Euphydryas aurinia

Tendo em consideração a presença do lepidóptero *Euphydryas aurinia* (espécie constante do Anexo II da Convenção de Berna (ratificado por Portugal em 3 Fevereiro de 1982) e do Anexo II da Directiva Habitats (92/43/CEE)) e os seus requisitos ecológicos, torna-se fundamental definir e cartografar, a uma micro-escala a sua distribuição/ocupação no SIC Monfurado, nomeadamente no que se refere aos restantes estádios de desenvolvimento (ovo, lagarta e crisálida), frequentemente associados a um

reduzido número de plantas hospedeiras e com pouca capacidade de dispersão, sendo, por isso, particularmente vulneráveis a alterações do habitat.

À escala regional o habitat típico de *Euphydryas aurinia* é geralmente fragmentado, apresentando as populações uma dinâmica tipo metapopulacional, ocupando pequenas manchas de habitat. O adulto é oportunista na escolha das fontes de néctar, alimentando-se de um variado número de flores, estando a densidade populacional dependente da disponibilidade da planta-hospedeira da lagarta (Warren *et al.*, 1994; Barnett & Warren, 1995). Assim, é fundamental promover a continuidade temporal das populações, assegurando a manutenção dos habitats de alimentação e reprodução.

Discoglossus galganoi

A rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*) é um endemismo ibérico, cuja distribuição se localiza na metade ocidental da Península Ibérica. Actualmente, está classificada com o estatuto de Quase Ameaçado (NT) no novo livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral *et al.*, 2005). Figura também no Anexo II da Convenção de Berna e nos Anexos II e IV da Directiva Habitats (92/43/CEE de 21 de Maio de 1992). Prefere áreas abertas e planas que tenham ervas altas e com elevada incidência de humidade durante uma boa parte do ano. No SIC Monfurado estas zonas encontram-se maioritariamente próximo do Escoural onde se registaram seis indivíduos atropelados. Para esta espécie registaram-se sete pontos negros no Sítio, este valor é considerado preocupante dado o estatuto de quase ameaçado (NT) que a espécie ostenta no nosso país.

Ictiofauna

Chondrostoma lusitanicum

A ocorrência de boga-portuguesa com uma abundância relativamente elevada no Sítio de Monfurado, pode justificar a criação de uma medida direccionada especificamente para esta espécie. Trata-se de uma espécie que está classificada pelo Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, com o estatuto de conservação *Criticamente Ameaçado* (CR) (Rogado *et al.*, 2005), estando também presente no Anexo III da Convenção de Berna e no Anexo II da Directiva Habitats, o que associado ao facto de ser um endemismo ibérico, existente a sul da bacia do Tejo, aumenta o interesse conservacionista deste local. No SIC Monfurado esta espécie está distribuída pelas ribeiras da Pintada, Escoural, São Cristóvão, Carvalhal e São Matias.

Chondrostoma polylepis e Squalius pyrenaicus

A boga (*C. polylepis*) e o escalo do sul (*S. pyrenaicus*) apresentam uma distribuição bastante restrita no SIC Monfurado. A ocorrência destas espécies apenas foi confirmada no Rio Almansor. Sendo importante salientar que o escalo do sul possui o estatuto de conservação de *Em Perigo* (EN) no nosso país e que a boga apesar de não se encontrar ameaçada em Portugal, também está contemplada no Anexo III da Convenção de Berna e no Anexo II da Directiva Habitats. Para além disso também é uma espécie com algum interesse para a pesca desportiva tal como outras espécies como a carpa (*C. carpio*), o pimpão (*C. auratus*) e o barbo (*B. bocagei*), que apresentaram distribuições e abundâncias bastante reduzidas ao longo do SIC Monfurado.

Mamíferos

Microtus cabreræ

O rato de Cabrera (*Microtus cabreræ*) é o único roedor endémico da Península Ibérica e está classificado com o estatuto de Vulnerável no novo Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. Encontra-se incluído na Directiva Habitats (92/43/CEE de 21 de Maio de 1992), figurando no Anexo II e no Anexo IV. A inclusão do rato de Cabrera nestas categorias justifica-se pelo desaparecimento de várias colónias nos últimos anos em diversas áreas da Península Ibérica.

O rato de Cabrera é considerado um especialista ao nível do habitat, ocorrendo em zonas com um clima tipicamente mediterrânico (San Miguel, 1994), formando as suas colónias, muitas vezes de dimensões reduzidas, em comunidades vegetais que mantenham maior humidade edáfica durante o Verão, como juncais, zonas de gramíneas altas e perenes, locais com elevada densidade de herbáceas e também bermas de estrada (Fernandez-Salvador 1998, Santos et al. 2003). Dada a elevada especificidade do habitat, a distribuição da espécie, mesmo a nível local, é muito fragmentada. Frequentemente as áreas de habitat potencial para a espécie são também as áreas mais favoráveis para agricultura. A alteração e destruição do habitat, consequências directas do desenvolvimento e intensificação das práticas agrícolas juntamente com o sobrepastoreio, constituem os principais factores de ameaça à sobrevivência da espécie (Soriguer & Amat, 1988).

No âmbito do projecto GAPS no SIC Monfurado confirmou-se a presença de pelo menos quarenta e seis colónias de rato de Cabrera. Vinte e cinco delas localizam-se em bermas de estrada e as restantes em áreas húmidas onde dominam as gramíneas e os juncos. Note-se que cerca de 50 % das colónias

de rato de Cabrera confirmadas para o SIC estão em bermas de estrada. Deste modo, é fundamental implementar medidas de gestão adequadas à manutenção de bermas favoráveis à colonização desta espécie.

Morcegos

O SIC Monfurado é uma área importante para os morcegos cavernícolas porque inclui dois abrigos de importância nacional, mas também outros abrigos de importância regional e local. O SIC também possui espécies arborícolas (como o morcego-negro *Barbastella barbastellus*, o morcego de Bechstein *Myotis bechsteini* e o morcego-arborícola-pequeno *Nyctalus leisleri*).

No SIC Monfurado existem 16 espécies de morcegos, destaca-se que todas as espécies de morcegos pertencem ao anexo IV da Directiva Habitats e, ainda que morcego-de-ferradura-grande *Rhinolophus ferrumequinum*, morcego-de-ferradura-pequeno *Rhinolophus hipposideros*, morcego-de-ferradura-mediterrânico *Rhinolophus euryale*, morcego-de-ferradura-mourisco *Rhinolophus mehelyi*, morcego-rato-grande *Myotis myotis*, morcego de Bechstein *Myotis bechsteini*, morcego-negro *Barbastella barbastellus* e morcego-de-peluche *Miniopterus schreibersii* constam, também, no anexo II do mesmo documento. Das espécies presentes no SIC, sete apresentam um estatuto de conservação elevado: Criticamente em perigo (*Rhinolophus euryale*, *Rhinolophus mehelyi*), Em perigo (*Myotis bechsteini*) e Vulnerável (*Myotis nattereri*, *Rhinolophus hipposideros*, *R. ferrumequinum*, *Miniopterus schreibersii*, *Myotis myotis*) (Queiróz *et al.* 2005).

A importância desta região é acrescida pelos abrigos recentemente identificados: abrigos de criação de *Myotis myotis* com cerca de 20 indivíduos, e um outro abrigo com cerca de 25 indivíduos de *Rhinolophus hipposideros*

(espécies com estatuto de Vulnerável). Os abrigos de morcego-arborícola-pequeno identificados são cavidades em árvores com origem em práticas de gestão do montado, poda e descortiçamento dos sobreiros, revelando uma relação directa entre as actividades humanas e a conservação desta espécie no sítio.

A maior actividade e riqueza de morcegos localizam-se na parte central e sudeste do SIC. São ribeiras com galeria ripícola arbórea ou montados com sub-coberto desenvolvido localizados próximo dos abrigos de morcegos. A conservação destes habitats e com vários estratos de vegetação proporcionam mais nichos ecológicos para as diferentes espécies de morcegos.

A presença de gado bovino, predominante em Monfurado, pode influenciar a actividade de algumas espécies de morcegos; o morcego-rato-grande (*Myotis myotis*) tem uma percentagem importante da dieta constituída por escaravelhos (Pereira *et al.* 2002), muitas vezes associados aos excrementos de gado.

Lince-ibérico

Apesar da informação mais recente não confirmar a presença da espécie em território nacional, existem SIC que mantêm características adequadas para a presença de lince ou susceptíveis de serem efectivamente optimizadas para promover a sua recuperação ou permitir a sua reintrodução a médio/longo-prazo, sendo cruciais para a manutenção do equilíbrio metapopulacional dos núcleos históricos, num enquadramento ibérico.

O lince-ibérico (*Lynx pardinus*) encontra-se incluído na Directiva Habitats (92/43/CEE de 21 de Maio de 1992), figurando no Anexo II e no Anexo IV, e

esta classificado como Criticamente Ameaçado (CR) no novo Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral *et al.*, 2005), e pelo ICNB. O lince-ibérico utiliza preferencialmente estruturas em mosaico, seleccionando bosques, matagais e matos densos para abrigo e reprodução, alternando com biótopos abertos para captura de presas (Palomares *et al.* 1991). É um animal especialista, sendo a sua dieta quase totalmente baseada no coelho-bravo, o qual pode representar entre 75 a 95% de biomassa do espectro alimentar. Em épocas e regiões de menor abundância de coelho, esta presa é secundada por outras como roedores, cervídeos, anatídeos e lebre (Beltrán & Delibe, 1991, Castro 1992, Sarmiento *et al.* 1997) A presença de lince-ibérico (*Lynx pardinus*) não foi detectada, apesar de existirem registos desta espécie em Cabrela (Ceia *et al.*, 1998), área adjacente a Monfurado e igualmente proposta como SIC a integrar na Rede Natura 2000. O SIC Monfurado apresenta características de habitat adequadas (áreas de montado, matos densos, e matagais), ou susceptíveis de serem optimizadas, de forma a promover a ocorrência de lince-ibérico ou permitir a sua reintrodução a médio/longo prazo, num programa integrado com os SIC circundantes.

Gato-bravo (*Felis silvestris*)

O gato-bravo (*Felis silvestris*) consta nos anexos V da Directiva Habitats e esta classificado como *Vulnerável* (VU) no novo Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral *et al.*, 2005). Pertence ao Anexo II da convenção de Berna (espécie estritamente protegida), e ao Anexo IIA da convenção de Washington (CITES) e está abrangida pelo Dec. Lei 311/87.

De um modo geral o seu habitat preferencial é o bosque caducifólio. No sul da Europa está principalmente associado a matagais mediterrânicos, florestas e bosques caducifólios ou mistos e, marginalmente, a florestas de coníferas. Estudos efectuados sobre a selecção do habitat, inclusivamente em Portugal,

revelaram que o gato-bravo tem preferência por bosques associados às linhas de água assim como por pinhais, que parecem ser bons locais de repouso. Durante o dia refugia-se em buracos de árvores, fendas nas rochas e em tocas abandonadas de texugo, raposa ou coelho. Durante os meses quentes de Verão pode permanecer ao ar livre, procurando o fresco e o refúgio que a floresta lhe oferece.

O gato-bravo é um predador oligófago, dependendo a sua alimentação não de um espectro limitado de presas mas sim da região em que se encontra. A base da sua dieta é constituída por pequenos roedores. Consome também lagomorfos (lebre e coelho), aves e com menor frequência anfíbios e répteis. Esporadicamente pode consumir peixes e também insectos.

No SIC Monfurado a espécie é muito rara e poderá estar numa situação de extinção ou pré-extinção.

Coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*)

Na Península Ibérica, o coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*) é uma espécie nativa, cuja abundância tem vindo a diminuir progressivamente nas décadas mais recentes (Revilla *et al.*, 2000). As principais causas deste declínio são as alterações do habitat, a predação, a pressão cinegética e as epizootias (mixomatose e doença hemorrágica viral) (Calvete & Estrada, 2000 *in* Duarte, 2003). Embora não seja uma espécie ameaçada, nos ecossistemas mediterrânicos, o coelho-bravo é a espécie-chave sendo a presa principal de mais de 20 espécies de aves e mamíferos, incluindo espécies ameaçadas como o abutre-negro (*Aegypius monachus*), o bufo-real (*Bubo bubo*), a águia de Bonelli (*Hieraetus fasciatus*), a águia-imperial-ibérica (*Aquila adalberti*) e o lince-ibérico (*Lynx pardinus*) (Delibes & Hiraldo, 1981 *in* Moreno *et al.*, 2004). Deste modo, a conservação, fomento e gestão adequadas do coelho-bravo

são objectivos fundamentais para a preservação de muitas espécies de predadores (Duarte, 2003).

Oryctolagus cuniculus é mais abundante em áreas onde existe um mosaico de zonas de alimentação (áreas abertas com herbáceas) e zonas de refúgio (e.g. áreas de arbustos), onde o efeito de orla é maximizado (Martins & Borralho, 1998 *in* Duarte, 2003). A adequabilidade do solo para a construção de tocas parece ser imprescindível, mesmo em áreas com vegetação capaz de proporcionar abrigo.

No SIC Monfurado o coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*) surge em solos litólicos não húmicos, onde existem mais afloramentos rochosos e aglomerados de pedras, que poderão proporcionar abrigo. A abundância desta espécie aumenta nas áreas de montado esparso e vinha e diminui nas áreas de montado denso com matos. Verifica-se ainda, que a abundância desta espécie é maior nas Zonas de Caça Turística, relativamente a outros tipos de gestão cinegética.

Aves

Bufo-real (*Bubo bubo*)

O bufo-real (*Bubo bubo*) ocorre em regiões com pouca ocupação humana ou topograficamente inacessíveis, normalmente maciços montanhosos, vales rochosos e falésias litorais, sempre com presença de escarpas rochosos que constituem o seu abrigo e zona de nidificação. Pode também estar associado a zonas de baixa montanha com maciços florestais maduros que alternam com espaços de aproveitamento agro-silvo-pastoril (Snow & Perrins 1998).

Os habitats de alimentação preferidos em Portugal pela espécie, segundo Martinez *et al.* (1992), são áreas de relevo acentuado, ocupados com matos em geral esparsos ou de aproveitamento agropecuário extensivo, tal como noutras áreas de Península Ibérica (Cramp 1985, Rufino 1989). Procura igualmente alimento em manchas florestais abertas, bosques ribeirinhos, zonas húmidas ou alagadas, e mesmo em espaços peri-urbanos e aterros sanitários.

O bufo-real alimenta-se principalmente de mamíferos de pequeno e médio porte (ratos, ratazanas, lagomorfos e carnívoros), aves de tamanho médio, e com menor frequência aves de rapina, répteis, anfíbios, peixes e cadáveres. Caça essencialmente de noite, começando logo após o pôr-do-sol; no período estival tem também alguma actividade crepuscular. O Bufo-real possui o estatuto de conservação de *Vulnerável* (VU) no nosso país, e está contemplada no Anexo I da Directiva Aves. No SIC Monfurado verifica-se a existência em pelo menos 2 territórios.

3.4. SÓCIO-ECONOMIA

3.4.1. Actividades

A área geográfica de actuação do plano é uma zona desfavorecida do ponto de vista económico e demográfico, reveladora de um forte êxodo rural nas últimas décadas. Como principal actividade económica salienta-se o sector agro-pecuário, com actividades maioritariamente associadas à exploração do sistema agro-silvo-pastoril proporcionado pelo montado de sobro e azinho. Da exploração florestal é principal produto a cortiça, extraída com intervalos regulares de 9 anos, sendo subprodutos a lenha e o carvão vegetal. A produção de carvão vegetal representa algum peso na economia

local, sendo realizada de forma semi-artesanal, em fornos de alvenaria e terra que se concentram na zona sul do SIC, junto aos aglomerados do Escoural e São Sebastião da Giesteira. Na pecuária, destacam-se a produção de gado bovino e ovino em regime extensivo, cujos níveis de encabeçamento têm vindo a aumentar. Este aumento não se repercutiu nos níveis de emprego, por via do abandono das práticas de pastoreio tradicional e recurso à utilização de cercas, em rotação alternada (CMMN, 2003). No que respeita a agro-indústrias, destaca-se a existência de uma pequena adega com produção de vinho na área do SIC.

Com menos representatividade, mas também a aumentar nos anos mais recentes, é ainda de referir a produção extensiva de porco preto, com aproveitamento da lande, a que se encontra associada a produção artesanal de enchidos, sobretudo em São Sebastião da Giesteira e Santiago do Escoural. No sector da suinicultura o grosso da produção deve-se no entanto a um conjunto substancial de unidades de produção intensiva, na sua maioria concentradas na zona norte do SIC, que originam impactes significativos ao nível do meio hídrico, para além de problemas de odores. A exploração da caça como actividade económica tem vindo também a evoluir, muito condicionada no entanto pela ausência de práticas de gestão adequadas, o que motiva baixos efectivos populacionais das principais espécies cinegéticas que aqui são caçadas: a perdiz e o coelho-bravo (CMMN, 2003).

Ao nível da agricultura, destaca-se a produção de culturas anuais de sequeiro, muito embora recentemente esta actividade se tenha vindo a diversificar, através da construção de albufeiras de média dimensão, com áreas de regadio associadas. O aumento da área de regadio é esperado para parte da área norte do SIC como resultado da recente conclusão da Barragem dos Minutos, empreendimento com uma albufeira de média dimensão que visa a irrigação de cerca 2000 hectares. Como actividades alternativas, e fruto dos

valores culturais, naturais e paisagísticos existentes no SIC, tem-se verificado nos anos mais recentes o fomento de unidades de pequena dimensão relacionadas com o turismo em espaço rural (CMMN, 2003). Este tema será analisado no capítulo Turismo.

No que respeita à exploração dos recursos geológicos e de acordo com informação fornecida pela Direcção Regional de Economia do Alentejo e Direcção Geral de Energia e Geologia (figura 3), verifica-se a existência de:

- uma pedreira na zona do Escoural com licença de laboração válida (concelho de Montemor-o-Novo).
- várias zonas com potencial de exploração de depósitos minerais e áreas de salvaguarda de exploração, sem pedidos de concessão em curso (concelho de Montemor-o-Novo).
- uma zona com pedido de concessão actual para exploração de ouro (concelhos de Montemor-o-Novo e Évora), na qual já se encontram identificadas três zonas específicas de futura exploração da concessão (concelho de Évora).
- vários espaços a recuperar, coincidentes com antigas minas (concelhos de Montemor-o-Novo e Évora).
- zona coincidente com parte de um pedido de prospecção e pesquisa (concelho de Montemor-o-Novo)

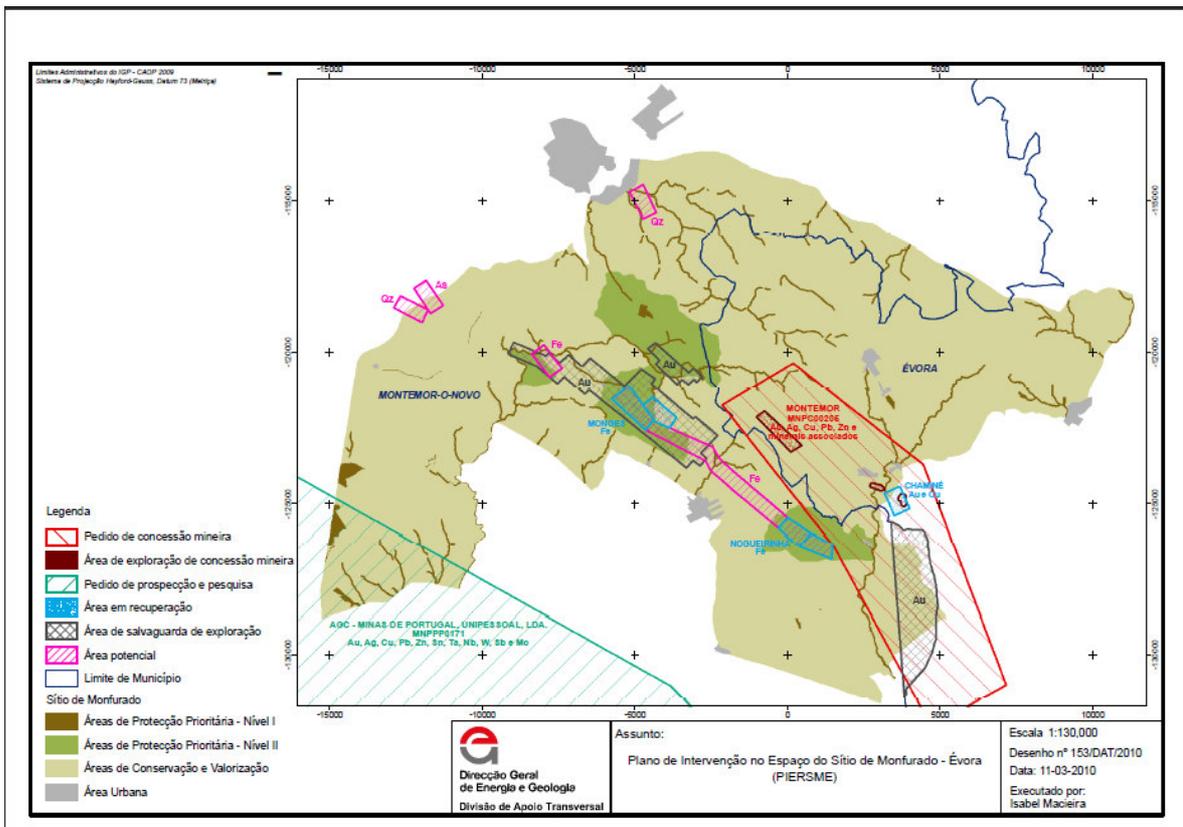


Figura 3 – Informação referente à exploração de recursos geológicos na área do SIC (DGEG, Março 2010).

3.4.2. Ocupação Urbana e Infraestruturas

População

A área de intervenção do PIER do SIC Montfurado abrange territórios pertencentes aos concelhos de Évora e Montemor-o-Novo que se localizam no Alentejo Central. Esta área como aliás a restante região do Alentejo, de acordo com os recenseamentos da população disponíveis, encontra-se numa fase deprimida em termos populacionais e consequentemente em termos de

povoamento, embora, as consequências ao nível da ocupação do solo, não sejam propriamente as esperadas. De facto, sente-se alguma pressão ao nível da construção e da ocupação do solo.

As actuais projecções demográficas, quer do INE quer do Eurostat, indicam uma continuidade nas tendências de despovoamento do Alentejo no horizonte 2025.

Em consequência de diversos factores naturais e humanos (economia pouco diversificada, insuficiente investimento público e privado, dimensão da propriedade, etc.) o Alentejo é uma das regiões mais despovoadas e envelhecidas de todo o país.

Desde meados do século passado o Alentejo tem perdido população. A partir da década de 60, a generalidade dos concelhos sofreu decréscimos populacionais da ordem dos 20 a 30%. Nem a reforma agrária dos anos 70 conseguiu inverter a situação, embora durante o seu início, tenha surtido alguns efeitos em termos populacionais.

Évora é uma das raras excepções pois até 2001 apresentou crescimentos populacionais embora não muito acentuados. De facto, Évora entre 1991 e 2001 tem conseguido crescer quer na cidade quer no total do concelho o que demonstra que não existem percas de população nos meios mais rurais.

O concelho de Montemor-o-Novo tem mantido a população desde 1991. De facto, entre 1991 e 2001, a população da cidade de Montemor tem aumentado sendo que as percas de população se devem aos meios mais rurais.

Em termos populacionais o maior problema do Alentejo é o envelhecimento da população. De facto, é uma das regiões mais envelhecidas quer de Portugal quer da Europa., sendo que em 2001 o índice de envelhecimento ascendeu a quase 163 idosos por cada 100 jovens, valor este muito superior à média Nacional.

As actuais previsões do INE para o Alentejo também não são muito optimistas prevendo-se a quebra populacional e aumento do índice de envelhecimento de acordo com o quadro seguinte:

Quadro III – Projecções demográficas

Ano	População Residente		Índice de Envelhecimento	
	2010	2015	2010	2015
Alentejo	496.142,00	475.753,00	183,65	192,79

Fonte: INE

De resto estas previsões para o Alentejo enquadram-se na evolução prevista para o País. De facto, prevê-se que até 2010 possa existir um ligeiro aumento da população mas acompanhado de envelhecimento. A partir de 2010 até 2015 já se perspectiva um decréscimo da população total mantendo-se o envelhecimento da população.

Povoamento

A área de intervenção do PIERSM é predominantemente caracterizada por um meio rural pouco ocupado em termos de edificado, predominando a habitação unifamiliar associada à exploração agropecuária. Tendencialmente começa-se a observar alguma propensão para a segunda habitação e, também, alguma procura de população urbana pelo meio rural dadas as facilidades de deslocação proporcionadas pelas acessibilidades existentes aos meios urbanos (Évora e Montemor-o-Novo).

A ocupação urbana e edificada observa-se em quatro diferentes situações:

- A primeira corresponde à existência de alguns aglomerados (alguns deles com dimensões relevantes - São Sebastião da Giesteira, Santiago do Escoural e N.º Sr.º de Guadalupe) no SIC Monfurado, sendo que, para esses os respectivos Planos Directores Municipais de Évora e Montemor-o-Novo definiram perímetros urbanos e regras para a sua ocupação.
- Um segundo tipo de ocupação, em menor escala, correspondente a alguns aglomerados (aldeias, montes e/ou lugares, tais como N.º Sr.º do Rosário, São Brissos, Casas Novas, Casa Branca, entre outros), aos quais correspondem alguns perímetros urbanos embora, a maior parte deles, não se encontrem delimitados nos Planos Directores Municipais.
- Uma terceira forma de ocupação correspondente a uma ocupação dispersa provocada pela existência de courelas (pequena propriedade) bem visível no concelho de Montemor-o-Novo a sul da cidade (Reguengo).
- Por fim, o outro tipo de ocupação edificada é a construção dispersa quer de edifícios de habitação unifamiliar quer de edifícios de maior dimensão associados às explorações agropecuárias.

Infraestruturas

Em termos de infraestruturas públicas urbanas (água, luz, electricidade e telecomunicações), os aglomerados encontram-se bem servidos.

Os grandes montes e as explorações agropecuárias apresentam deficiências em termos de infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem de esgotos possuindo, na maior parte dos casos, sistemas autónomos. Dada a

sensibilidade do SIC deverão ser bem acauteladas e dimensionadas as redes de saneamento quer urbanas quer das explorações agropecuárias de forma a evitarem-se possíveis focos de perturbação ambiental.

Também em termos rodoviários a área é bem servida, com boa acessibilidade regional aos principais centros urbanos (principalmente a Montemor-o-Novo) e também com boa acessibilidade a nível nacional e internacional pela sua proximidade com a auto-estrada A6 e ao IP2.

Em termos ferroviários a área possui também uma boa proximidade à linha do Alentejo que faz a ligação entre Lisboa e Évora / Beja.

Pela observação da área conclui-se que, a menos que se impeça por regulamentações mais apertadas, a tendência será para se intensificar a construção dispersa ao longo dos caminhos, quer para habitações de população urbana que procura o meio rural, quer para segunda habitação.

Quanto à construção de apoio à agricultura será também expectável o seu crescimento acompanhando a evolução das explorações agropecuárias (agricultura biológica e produtos certificados) cujos mercados parecem indicar uma tendência de crescimento.

Para conter, ordenar e proteger o SIC Monfurado da expansão do edificado haverá diversas hipóteses sendo que cada concelho é um caso diferente.

No concelho de Évora, o PDM foi recentemente revisto. Nele encontram-se delimitados os perímetros urbanos e as expansões urbanas, sendo que para a restante área apenas é autorizada a construção para edifícios de apoio às actividades agropecuárias, florestais e industriais, turismo e equipamentos.

Acresce ainda que a maior parte da área de intervenção se localiza em solos de REN, pelo que a edificação é muito restringida e apenas possível nos termos previstos no regime geral da REN.

Assim, neste concelho devem ser acauteladas as infraestruturas necessárias para os aglomerados existentes, principalmente as de saneamento, de forma a que não se tornem em potenciais focos de poluição. Para os restantes casos não deverão ser promovidas as expansões e reforços das redes de infraestruturas evitando-se assim a pressão para a construção e as perturbações do meio rural. As soluções de saneamento para as explorações agropecuárias e para os povoadamentos de pequena dimensão deverão ser feitas com recurso a ETAR's compactas.

O caso de Montemor-o-Novo é diferente do de Évora. O actual PDM permite a construção através da aplicação de um índice de construção (0.04) e embora, também aqui, a maior parte da área seja de REN tem-se observado uma maior pressão e dispersão da construção, fruto também da existência de algumas áreas – courelas, com dimensão significativa.

Existem alguns aglomerados com bastante expressão territorial, total ou parcialmente integrados no SIC Monfurado, possuindo perímetros urbanos e as infraestruturas básicas necessárias. Mas existem muitos outros povoadamentos, com alguma dimensão que deverão ser objecto de ordenamento e regulamentação específica. Para esses casos poder-se-á optar por duas situações. A primeira seria a delimitação de perímetros que contivessem e concentrassem a construção com o conseqüente reforço das infraestruturas básicas. A outra hipótese é restringir a construção não permitindo, fora dos perímetros definidos mais construção senão aquela indispensável às actividades agropecuárias.

As zonas de courelas deverão também ter um tratamento especial de forma a evitar a dispersão da construção e a conseqüente disseminação das infraestruturas necessárias evitando-se assim os focos de perturbação do meio rural. Para estes casos deverá ser marcada uma área específica que deverá estabelecer regras que contenham a pressão existente.

No entanto, todas as intervenções sobre os aglomerados urbanos e a edificação deverão ter em atenção que o Homem faz parte e é quem mantém e preserva este meio e esta paisagem. O seu afastamento provocará o abandono e o desequilíbrio perdendo-se assim o objectivo de preservação do SIC Monfurado. Nesse sentido, têm de ser proporcionadas as condições para a fixação das populações e das suas actividades agrícolas, florestais, entre outras, dotando estas áreas das infraestruturas mínimas necessárias procurando-se um equilíbrio sustentável que permita alcançar os objectivos do PIERSM.

3.4.3. Estrutura da propriedade

Para a área de intervenção do plano, foi obtida a informação cadastral existente, em formato *shapefile*, fornecida pelas Câmaras Municipais de Montemor-o-Novo e de Évora.

O cadastro disponibilizado pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e que abrange toda a área do plano (parte do concelho de Montemor-o-Novo e parte do concelho de Évora), inclui informação relativa a limites dos prédios, número, secção cadastral, freguesia, nome do prédio, nome do proprietário, entre outra.

Na cartografia da estrutura da propriedade e no sentido de dar continuidade aos prédios que se localizam no limite da área de intervenção (prédios de

fronteira), estes foram contemplados na sua totalidade, excedendo assim a área do plano.

A partir da informação existente relativa à estrutura da propriedade e mediante o estabelecimento de sete classes de área para os prédios existentes, obtém-se a seguinte distribuição do número e das áreas dos prédios, por classe:

Quadro IV - Distribuição do número e áreas dos prédios, por classe

Classe (ha)	Nº de prédios	%	Área por classe (ha)	%
0-1	271	36	115,5480	0,36
1-2	112	15	156,2720	0,48
2-5	126	17	401,2040	1,23
5-10	47	6	322,8750	0,99
10-20	29	4	401,0390	1,23
20-100	54	7	3010,0200	9,25
>100	110	15	28122,7930	86,45
Total	749	100	32529,7510	100,00

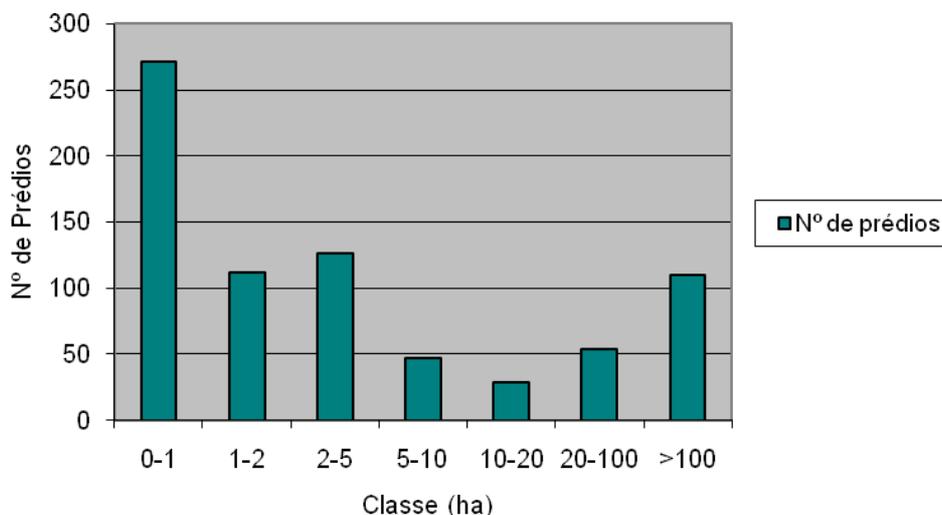


Gráfico 1: Número de prédios por classe de área

Constata-se ainda que, da análise do cruzamento da informação referente à estrutura da propriedade com o uso do solo, os prédios incluídos nas classes de área inferiores a 20 ha, num total de 585 prédios que correspondem a uma área de 1397ha, coincidem maioritariamente com usos agrícolas (culturas anuais de sequeiro, olivais e pomares) e com áreas artificializadas.

Os restantes 164 prédios, que representam um total de 31133 ha, e que correspondem a cerca de 96% da área total, coincidem predominantemente com usos agro-silvo-pastoril e florestal.

3.5. USO DO SOLO

A carta do Uso do Solo do SIC Monfurado, foi elaborada com base na cartografia temática existente e disponibilizada pela Associação de Municípios do Distrito de Évora às Câmaras Municipais de Évora e de Montemor-o-Novo.

A informação disponibilizada, segundo a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, corresponde à Carta de Ocupação do Solo (COS) de 2005. É uma cartografia em formato vectorial, com uma escala de 1:25000, com uma unidade mínima cartográfica de 1 ha e referente aos anos de 2004, 2005 e 2006. Os dados de base utilizados foram as imagens dos voos encomendados pela DGRF e ortorrectificadas pelo IGP.

Verificou-se que a informação para os dois concelhos apresentando uma legenda muito detalhada (51 classes para a área de Monfurado, no concelho de Évora e 65 classes para a área de Monfurado no concelho de Montemor-o-Novo).

Assim, e de forma a obter-se uma carta adequada aos objectivos do plano, procedeu-se a uma agregação das classes originais em sete categorias que englobam 27 novas classes. Refira-se que toda a informação recebida foi mantida, tendo sido criadas novas colunas na tabela de dados com a nova classificação.

No que respeita à agregação das classes, foi estabelecido que as áreas com culturas anuais e presença de árvores florestais até um máximo de 10% são incluídas nos espaços agrícolas (considerando-se culturas anuais com árvores dispersas), e a partir de 10% na categoria agro-silvo-pastoril. Ainda, foi

considerado que as áreas com ocupação de azinheira e sobreiro têm uso agro-silvo-pastoril e por isso englobadas nas classes de montado.

No quadro que se segue apresentam-se as áreas para os dois concelhos discriminadas por categoria.

Quadro V – Distribuição do uso do solo por categoria para os concelhos de Montemor-o-Novo e Évora

Categoria	Área (ha) Évora	Área (%) Évora	Área (ha) Montemor-o- Novo	Área (%) Montemor-o- Novo
Agrícola	1226,3000	15,97	4600,7700	28,28
Agro-Silvo- Pastoril	5618,3160	73,18	9544,7120	58,68
Vegetação Natural	510,7730	6,65	1145,1660	7,04
Florestal	201,7010	2,63	702,5360	4,32
Zonas Sem Vegetação	0,0000	0,00	5,3290	0,03
Água	50,7190	0,66	182,9760	1,12
Áreas Artificializadas	69,3640	0,90	84,6730	0,52
TOTAL	7677,1730	100,00	16266,1620	100,00

Verifica-se que a categoria com maior representação em Monfurado para os dois concelhos é a agro-silvo-pastoril com cerca de 73% em Évora e 59% em Montemor-o-Novo. Segue-se a área agrícola com 16% e 28% respectivamente.

A vegetação natural representa apenas 7% da área nos dois concelhos e a área de floresta 3% em Évora e 4% em Montemor-o-Novo.

Quanto às restantes categorias: água e áreas artificializadas representam 1%; sem expressão aparecem as zonas sem vegetação em Montemor-o-Novo com 0,03%.

Considerando o SIC Monfurado na sua globalidade, apresenta-se no quadro seguinte as áreas por categoria de ocupação/uso do solo.

Quadro VI – Distribuição do uso do solo por categoria

Categoria	Área (ha)	Área (%)
Agrícola	5827,0700	24,34
Agro-Silvo-Pastoril	15163,0280	63,33
Vegetação Natural	1655,9390	6,92
Florestal	904,2370	3,78
Zonas Sem Vegetação	5,3290	0,02
Água	233,6950	0,98
Áreas Artificializadas	154,0370	0,64
Total	23943,3350	100,00

Verifica-se que o SIC Monfurado tem cerca de 63% da área com ocupação/uso agro-silvo-pastoril, seguindo-se os espaços agrícolas com 24%. A vegetação natural está representada em 7% da área e as categorias água e áreas artificializadas aproximadamente 1%. Quase sem expressão aparecem zonas sem vegetação com 0.02%.

No quadro seguinte apresentam-se as novas classes definidas por categoria e os respectivos códigos, que corresponde também à legenda utilizada na Planta RL – 10 – Uso do Solo.

Quadro VII – Legenda do uso do solo

Categoria	Classe	Código
Agrícola	Agrícola	Agr
	Arroz	Arr
	Culturas anuais de sequeiro	Ca
	Culturas anuais de regadio	Reg
	Olival	OI
	Pomar	Pm
	Vinha	V
	Sistemas culturais e parcelares complexos	Cx
Agro-Silvo-Pastoril	Montado de azinho	Mta
	Montado de sobro	Mts
	Montado misto	Mt
Florestal	Azinhreira	Az
	Eucalipto	Ec
	Sobreiro	Sb
	Outras folhosas	Of
	Pinheiro bravo	Pb
	Pinheiro manso	Pmn
	Nova plantação	Np
Vegetação Natural	Matos	Ma
	Pastagens naturais	Pn
Zonas Sem Vegetação	Solos sem cobertura vegetal	Sc
Água	Lagoas e albufeiras	Alb
Áreas Artificializadas	Áreas industriais e comerciais	Ai
	Infraestruturas e equipamentos (vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias)	If
	Outras infraestruturas e equipamentos	Oi
	Pedreiras	Pe
	Tecido urbano	U

3.6. UNIDADES DE PAISAGEM

3.6.1. Enquadramento

Entende-se **paisagem** como “expressão formal das numerosas relações existentes num determinado período entre a sociedade e um território definido topograficamente, sendo a sua aparência o resultado da acção, ao longo do tempo, dos factores humanos e naturais e da sua combinação” (Conselho da Europa, 2000).

Assim, e desenvolvendo um pouco mais este conceito conforme apresentado em “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental” trabalho desenvolvido pela Universidade de Évora para a DGOTDU em 2004, define-se paisagem como “um sistema complexo, permanentemente dinâmico, em que os diferentes factores naturais e culturais se influenciam mutuamente e se alteram ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global. (...) A paisagem também é afectada por uma componente mais subjectiva, directamente ligada ao observador e condicionando as sensações que ele experimenta quando está perante ela. Por isso se considera que a paisagem combina aspectos naturais e culturais, expressando e ao mesmo tempo suportando a interacção espacial e temporal entre o homem e o ambiente, em toda a sua diversidade e criatividade. (...) a dimensão mais subjectiva da paisagem não pode ser esquecida porque sendo as paisagens europeias fortemente humanizadas, a sua futura gestão terá que considerar os sentimentos das comunidades que as mantêm e transformam, que delas vivem ou, simplesmente, as visitam e apreciam.” (DGOTDU, 2004).

A paisagem de uma dada região pode ser descrita em termos de unidades. As unidades de paisagem “são áreas com características relativamente homogêneas, com um padrão específico que se repete no seu interior e que as diferencia das suas envolventes” (DGOTDU, 2004). A delimitação destas pode depender da “morfologia ou da natureza geológica, do uso do solo, da proximidade ao oceano, ou da combinação equilibrada de vários factores. Uma unidade de paisagem tem também uma certa coerência interna e um carácter próprio, identificável no interior e do exterior”. Esta delimitação tem por objectivos a caracterização, a identificação de potencialidades e deficiências e ainda, definir orientações para futura gestão.

Por sua vez, a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo, Lei nº 48/98 de 11 de Agosto, introduz a definição de unidades de paisagem nos planos de ordenamento regional, segundo a qual é necessário “identificar as paisagens, definir o seu carácter, tendências e ameaças e avaliar a sua qualidade. Só esta avaliação permitirá definir estratégias e instrumentos que, embora se integrem num quadro mais alargado, respeitem a especificidade local da paisagem e mantenham a sua identidade”.

Os elementos da paisagem, são assim os factores que em conjunto definem a sua estrutura; na análise ao nível nacional foram “considerados como elementos da paisagem aqueles que se distinguem nas imagens aéreas utilizadas. Estes elementos tanto podem ser de origem natural como antrópica e contribuem, em conjunto, para o padrão que caracteriza a unidade de paisagem e a distingue das envolventes” (DGOTDU, 2004) tais como: afloramentos rochosos, as linhas de água e respectivas galerias ripícolas, conjuntos edificados, infra-estruturas, planos de água, etc.

As unidades de paisagem são “áreas em que a paisagem se apresenta com um padrão específico, a que está associado um determinado carácter.” Os factores considerados na sua delimitação, para o estudo desenvolvido ao nível de Portugal continental foram: “geomorfologia, litologia, solos, uso do solo, dimensão das explorações agrícolas e padrão de povoamento. Foram também consideradas outras variáveis fundamentais, mas de modo mais implícito, tais como o clima, a proximidade ao mar, ou a presença de importantes estruturas e infra-estruturas” procurando-se “identificar áreas com características relativamente homogéneas no seu interior, não por serem exactamente iguais em toda a sua superfície, mas por nelas se verificar um padrão específico que se repete e/ ou um forte carácter que diferencia a unidade em causa das suas envolventes.”

A principal dificuldade prende-se com a definição dos limites uma vez que “raramente a transição de uma unidade de paisagem para outra se faz através de uma linha de mudança brusca. (...) Entre as áreas nucleares de unidades adjacentes há espaços de transição mais ou menos extensos (DGOTDU, 2004) “.

“Cada tipologia de paisagem constitui um caso particular, no qual devem ser ponderados os valores substanciais em presença, no quadro sócio-económico que está subjacente à sua existência, sem deixar de assumir que a própria dinâmica das actividades é evolutiva, em resultado do desenvolvimento tecnológico e cultural do Homem. Existem, pois, paisagens que devem ser conservadas; existem outras que devem ser transformadas, pois constituem o reflexo do desenvolvimento sustentável.”

Unidades de Paisagem – Enquadramento da área de estudo no Panorama Nacional

A área do estudo, segundo o trabalho realizado pela DGOTDU, encontra-se dividida entre dois grupos.

A zona a sul da Serra de Monfurado, insere-se no **grupo de paisagem Q – Terras do Sado**, constituída pelas seguintes unidades:

- 92 Areias de Pegões
- 93 Estuário do Sado
- 94 Charneca do Sado
- 95 Pinhais do Alentejo Litoral
- 96 Vale do Baixo Sado
- 97 Montados da Bacia do Sado
- 98 Terras do Alto Sado

A Serra e a zona a Norte estão inseridas no **grupo de paisagem R – Alentejo Central**, constituído pelas seguintes unidades:

- 99 Areias de Pegões
- 100 Maciço Calcário Estremoz - Borba - Vila Viçosa
- 101 Serra de Ossa
- 102 Terras de Alandroal e Terena
- **103 Serra de Monfurado**
- 104 Campos Abertos de Évora
- 105 Campos de Reguengos de Monsaraz
- 106 Albufeira de Alqueva e envolventes
- 107 Terras de Amareleja – Mourão
- 108 Terras de Viana – Alvito
- 109 Serra de Portel

A Paisagem das TERRAS DO SADO

“No conjunto de unidades de paisagem que integram este grupo, o rio Sado surge como um elemento estruturante fundamental, influenciando tanto as características morfológicas como uma boa parte das actividades humanas que aqui se desenvolvem (a área abrangida corresponde a grande parte da sua bacia hidrográfica).”

“Terra de contrastes entre, por um lado, os vales com campos de arroz, de milho ou outras culturas de regadio e, por outro lado, nas zonas secas, os pinhais, montados de sobro e os menos representados sistemas arvenses de sequeiro. O esquema geral muito simples de organização da paisagem, nomeadamente no que se refere ao aproveitamento agrícola das várzeas do rio Sado, repete-se ao longo das linhas de água secundárias, a uma escala significativamente mais pequena”

Em relação à unidade 97 – Montados da Bacia do Sado, apresenta-se seguidamente uma breve descrição extraída do trabalho da DGOTDU:

“Ao relevo relativamente ondulado associa-se o predomínio dos montados (de azinho, sobro e misto) com densidades variáveis – mais fechados e com matos nas zonas mais declivosas e vales mais encaixados; mais abertos nas zonas menos declivosas. Estas últimas, frequentemente em situações mais elevadas (“planaltos”), estão ocupadas por sistemas de sequeiro e pastagens (por vezes com sobreiros ou azinheiras dispersas), por pequenas manchas de regadio, bem como por algumas reduzidas e dispersas manchas de olivais e policulturas, associadas aos assentos de lavoura e às aldeias existentes. Tem-se assistido nos últimos decénios à plantação de eucaliptos um pouco por toda a unidade mas em manchas que, por enquanto, não ocupam grandes superfícies contínuas.”

“ Grande parte dos montes isolados que se encontram dispersos por toda a unidade, estão abandonados, verificando-se recentemente a recuperação de alguns para segunda habitação.”

Em algumas “linhas de água da unidade encontram-se troços de galerias ripícolas bem desenvolvidas, constituindo nesses casos elementos lineares estruturantes da paisagem”.

“Sendo uma paisagem com um carácter que se associa facilmente ao Alentejo, apresenta-se com uma identidade média, sem características que permitam considerá-la como rara.”

“Actualmente verifica-se uma muito razoável coerência de usos (quer relativamente às características biofísicas presentes como em termos de

diversidade e complementaridade de utilizações do solo), mas a tendência para a expansão das plantações de eucaliptos ou para um crescente abandono das actividades do sector primário, poderá comprometer a sustentabilidade desta unidade de paisagem.”

A Paisagem do ALENTEJO CENTRAL

“Extensa planície ondulada onde surgem alguns acidentes que aqui sobressaem devido ao contraste com a horizontalidade dominante (...) Os vales, no geral, distinguem-se mais pela vegetação ripícola que acompanha as linhas de água do que pela fisiografia”.

“A malha da paisagem é bastante larga, associada a usos extensivos ao domínio da grande propriedade (...). São paisagens de campos vastos e abertos, com enormes variações cromáticas ao longo do ano e sobre os quais incide uma forte luminosidade.

“ Os horizontes são baixos e pouco recortados, o que confere uma grande importância ao céu sempre imenso e grandioso”.

“As serras de Ossa, de Monfurado, de Portel e de Viana são os relevos com maior expressão na paisagem, a que correspondem particulares contextos de clima local e aos quais se associam ainda significativos valores de vegetação e fauna.”

“O povoamento mantém, no essencial, as suas características tradicionais de concentração, apesar de se assistir à tendência para a dispersão à volta dos centros urbanos (...) O contraste cidade-campo (...) fazia parte do carácter das paisagens alentejanas, tem vindo a esbater-se de forma generalizada, interpondo-se cada vez mais periferias degradadas com armazéns e unidades

industriais, habitações e depósitos de materiais ou de desperdícios, estabelecimentos de restauração, oficinas ou comércio ao ar livre.”

Na área de intervenção do plano verifica-se a presença da unidade 103 – Serra de Monfurado, de que a seguir se apresenta uma breve descrição:

“ (...) Acidenta-se o terreno, e por vezes tudo se cobre do verde-negro do azinho e do sobreiro (...) Uma cadeia de colinas arredondadas, coberta de verdura, é a Serra de Monfurado.” (Guia de Portugal, Vol.II, 1983)

“É o relevo pronunciado, a maior frescura, a densidade, a diversidade e porte da vegetação, que melhor definem o seu carácter e o contrastam com as unidades envolventes.”

“Para além de Montemor-o-Novo, o povoamento concentra-se em pequenas aldeias (S. Sebastião da Giesteira, Guadalupe, Sra. da Boa Fé, Valverde), às quais estão associadas pequenas manchas de policultura, algum olival e por vezes vinha.”

“Sempre que o relevo e a vegetação permitem, obtêm-se da serra de Monfurado vistas magníficas sobre a planície aberta de Évora e sobre os montados a norte, poente e sul.”

“O Sítio Natura 2000 da serra de Monfurado, foi seleccionado devido à presença de importantes montados de sobre e azinho, com resquícios de carvalhais de Quercus faginea e Quercus pyrenaica, onde se abriga uma comunidade de morcegos que aí têm o seu local de hibernação e reprodução.”

“De uma forma geral verifica-se existir nesta unidade uma grande coerência entre as potencialidades e o uso actual do solo. De facto o montado, ao qual está associada uma elevada biodiversidade, garante uma adequada protecção dos recursos existentes e a sustentabilidade do sistema, pelo que deve ser mantido e valorizado.”

“Trata-se de uma unidade de paisagem com identidade relativamente forte, decorrente de uma clara especificidade biofísica e do elevado valor histórico-cultural (...). Por todas estas particularidades é uma unidade que, no seu conjunto, se pode considerar como muito pouco vulgar ou mesmo rara.”

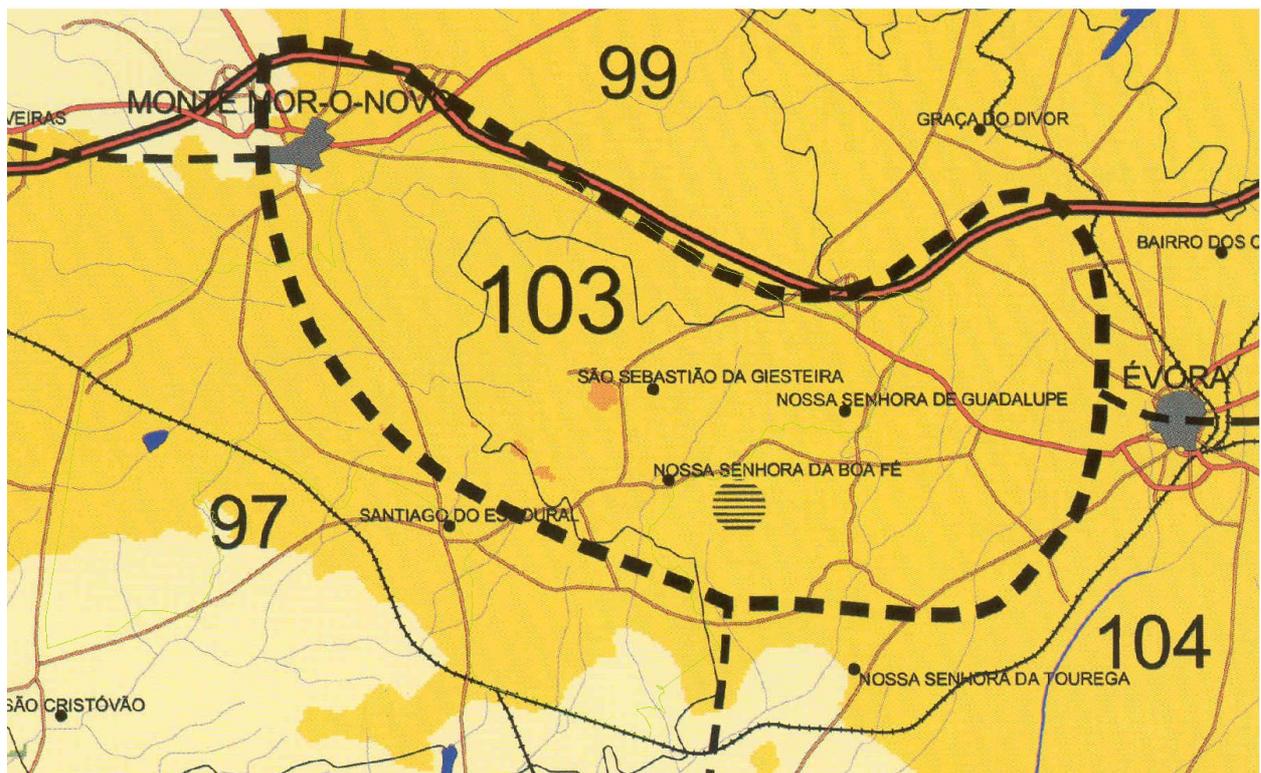


Figura 4– Extracto da carta de unidades de paisagem integrada no Estudo da DGOTDU, 2004

Unidades de Paisagem da Área de Estudo

Embora se tenha apresentado as unidades definidas ao nível de Portugal continental, no presente plano são definidas unidades de paisagem específicas para a área de intervenção e que, dada a escala de trabalho apresentam as características e limites adaptados aos objectivos do trabalho.

As unidades caracterizadas e cartografadas, enquanto elemento descritor analítico, permitem fazer uma leitura globalizante e interpretativa da relação do Homem com o território, que se pretende numa primeira fase, informadora e efectiva do processo de planeamento; numa fase posterior, constituindo-se como um elemento de diagnose, proposta de uso e gestão dos recursos existentes na área em estudo.

3.6.2. Metodologia

Considerando os objectivos do plano e a metodologia recomendada nestes trabalhos, é necessário caracterizar e classificar o território em sectores homogéneos. Deste modo, o processo integrou nomeadamente:

- a análise visual, no sentido de definir, numa primeira aproximação as zonas homogéneas;
- a delimitação cartográfica das unidades de paisagem, através da sobreposição sucessiva de informação cartográfica, detectando-se áreas em que os parâmetros biofísicos apresentam uma grande homogeneidade de comportamento, definindo porções do território cujos parâmetros biofísicos de caracterização apresentam uma certa homogeneidade de expressão.

Para a decomposição da paisagem do SIC Monfurado, ponderou-se a morfologia, o uso actual, a humanização e aspectos cénicos, cujo cruzamento com dados geomorfológicos e fisiográficos, originaram unidades paisagisticamente homogéneas.

Identificaram-se manchas de uso do solo e referenciaram-se elementos topográficos notáveis, assim como formações vegetais relevantes. O cruzamento destes, traduziu aspectos de expressão cultural, cénica e de valor biocenóticoexistentes neste território. .

A diversidade ambiental e paisagística do área em estudo implicou uma análise e trabalho metodológico acrescido (incluindo análise de cartografia, levantamento bibliográfico e trabalho de campo), para a definição de unidades que se adaptassem a uma grande diversidade de situações, cada uma de características únicas.

Cada unidade de paisagem corresponde a um espaço territorial no interior do qual se repete um determinado padrão, ou seja, um conjunto de características ao nível do relevo, da geomorfologia, do uso do solo, da presença humana (entre outros factores), e que o distingue relativamente à unidade envolvente. A área afecta a cada unidade não apresenta uma homogeneidade total no seu interior, antes representa “um padrão específico que se repete”, tal fica a dever-se ao facto de que as mesmas características físicas do território dão origem a um mesmo tipo de paisagem potencial, num processo de causa-efeito.

A metodologia que levou à definição das unidades de paisagem baseou-se na cartografia temática disponível, nomeadamente: a carta do uso actual do solo, a carta geológica (extracto) e a análise fisiográfica da área em estudo. A

sobreposição desta cartografia levou à definição das áreas com características comuns e, para além disso, o conhecimento de terreno foi determinante para complementar a informação cartográfica e determinar, nalguns casos, a tomada de opções relativamente ao ajuste dos limites. As unidades obtidas e a descrição que delas é feita, procura traduzir o carácter que em cada uma se exprime.

De acordo com esta abordagem podemos dizer que a paisagem do SIC Monfurado é, no geral, uma paisagem predominantemente natural ou naturalizada, em que muito do seu valor resulta da acção do Homem no local, respeitando as suas características intrínsecas e sustentabilidade dos usos.

A gestão que cada tipo de paisagem necessita, depende em muito do objectivo que para ela for definido: a recuperação, a conservação, a transformação, a evolução, etc. O sucesso desta intervenção estará por sua vez dependente da articulação que for possível estabelecer entre conservação da natureza, as necessidades sociais e económicas e o respeito pela cultura local no que toca à forma como os residentes do SIC Monfurado possam sentir e identificar-se com a paisagem que os rodeia.

A permanente interacção entre homem e o meio natural conduziu a mudanças não apenas no coberto vegetal, mas na maioria dos casos, às modificações das condições ecológicas gerais. No particular caso do SIC Monfurado as intervenções (edificações pontuais e as alterações de uso agrícola) causaram transformações rápidas na face e carácter da paisagem alentejana.

3.6.3. Unidades de Paisagem

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, foram definidas para a área do Plano, as seguintes cinco unidades de paisagem:

- Serra de Monfurado;
- Sopé da Serra;
- Planície Alentejana;
- Faixa Agro-florestal;
- Coroa agrícola de Montemor-o-Novo.

A sua representação gráfica encontra-se materializada na Carta de Unidades de Paisagem, à escala 1/25 000 anexa ao plano e apresentam-se, seguidamente, as características intrínsecas de cada uma das unidades que conduziram à sua delimitação:

A – Serra de Monfurado

Esta unidade é definida pela sucessão de colinas arredondadas que se destacam da peneplanície alentejana e que no seu conjunto configuram a Serra de Monfurado.

Este elemento, configura só por si uma unidade de paisagem, dado o relevo distinto da envolvente, originado por uma formação geológica específica (formações de Monfurado, Carvalhal e Escoural), e que conduziu a um coberto vegetal único na região. Estas características levam igualmente a uma situação climatológica diferente.

“ A serra de Monfurado, (...) devido ao contraste com as paisagens envolventes, suscita uma sensação geral de suavidade e amenidade, que decorre da maior frescura, de um ensombramento quase total, da vegetação pujante e viçosa, de uma ambiência silenciosa e calma.”

Esta delimitação encontra-se, de acordo com a informação contida nos “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental” (DGOTDU, 2004), enquadrada pela unidade 103 – Serra de Monfurado.



Foto 1 – Exemplo da Unidade de paisagem – Serra de Monfurado

B – Sopé da Serra

A delimitação desta unidade prende-se sobretudo com o tipo de uso de solo, destacando-se nesta área a presença de albufeiras e charcas, potenciadoras de áreas de regadio integradas em extensas manchas florestais de sobre e azinho. Surgem de forma esporádica e dispersa, poucas e de reduzidas manchas de eucaliptal. O substrato geológico presente tem uma origem granítica sobrepondo-se ainda a uma “franja” da formação do Escoural.

A unidade assim definida coincide com o estudo da DGOTDU, 2004 que identifica esta área como unidade 97 – Montados da Bacia do Sado. São áreas *“ocupadas por sistemas de sequeiro e pastagens (por vezes com sobreiros ou azinheiras dispersas), por pequenas manchas de regadio, bem como por algumas reduzidas e dispersas manchas de olivais e policulturas, associadas aos assentos de lavoura e às aldeias existentes. Tem-se assistido nos últimos decénios à plantação de eucaliptos um pouco por toda a unidade mas em manchas que, por enquanto, não ocupam grandes superfícies contínuas.”*



Foto 2 – Exemplo da Unidade de paisagem – Sopé da Serra

C – Planície Alentejana

Por Planície Alentejana entende-se a área em que predomina como uso do solo os extensos montados com sobreiros dispersos e utilizados para pastagens, e onde surgem também áreas afectas a culturas arvenses. A este uso corresponde um substrato geológico constituído maioritariamente por granitos e tonalitos.

Segundo o estudo da DGOTDU corresponde à unidade 103 – Serra de Monfurado, no entanto à escala do plano não se sente de forma premente a influência da serra, apresentando-se com a imagem característica das planícies alentejanas.



Foto 3 – Exemplo da Unidade de paisagem – Planície Alentejana

D – Faixa agro-florestal

Esta unidade caracteriza-se pela diversidade de usos com o claro predomínio para o florestal, manchas de azinho e sobro de média densidade, surgem pequenos aglomerados rurais com a presença de zonas agrícolas associadas.

Em termos geológicos, corresponde sobretudo a um complexo gnaisso-migmático, entrecortado por faixas de gabros e dioritos que não interferem significativamente com o uso do solo.

Esta área, também se reporta à unidade 103 – Serra de Monfurado do estudo da DGOTDU. Neste caso a opção por delimitar esta área como uma unidade distinta prende-se sobretudo pela diferença em termos orográficos e na densidade do coberto vegetal. Tratando-se de uma unidade com menor protagonismo na paisagem regional.



Foto 4 – Exemplo da Unidade de paisagem – Faixa agro-florestal

E – Coroa agrícola de Montemor-o-Novo

Esta unidade corresponde à expansão do aglomerado de Montemor-o-Novo, uma expansão desordenada que se tem vindo a assistir um pouco por todo o país mas que só recentemente se faz sentir no Alentejo descaracterizando a paisagem desta região onde, o contraste urbe-campo era quase palpável.

“Estas ocupações desordenadas, que se fazem sentir principalmente ao longo das mais importantes vias de acesso automóvel, têm vindo a destruir a pouco e pouco a interessante coroa de quintas.” (DGOTDU, 2004).



Foto 5 – Exemplo da Unidade de paisagem – Coroa agrícola de Montemor-o-Novo

3.6.4. Pontos de degradação na paisagem

Entende-se por degradação paisagística, situações com impacte negativo em termos visuais e ambientais, inerentes à acção do Homem no território.

Nesta secção identificam-se alguns focos de degradação disseminados na área de intervenção.

O principal foco de degradação da paisagem prende-se com a exploração de inertes (foto 6) ou minério, verificando-se a presença de uma área de escomboreiras (foto 7) de dimensão significativa, uma pequena área de areeiro e ainda vestígios de antigas explorações de minério (foto 8).



Foto 6 - Exploração de inertes



Foto 7 - Escomboreiras



Foto 8 - Vestígios de antigas explorações de minério (Serra de Monfurado)

Embora seja inquestionável a riqueza do património arquitectónico e arqueológico presente no SIC Monfurado, o progressivo abandono, como por exemplo, o Convento e o Palacete dos Monges, ou a Quinta da Torre, contribui para a degradação visual da paisagem na área de intervenção.



Foto 9 - Convento dos Monges

3.6.5. Pontos notáveis na paisagem

Como pontos notáveis da paisagem no SIC Monfurado, destacam-se dois aspectos: a própria Serra e as galerias ripícolas:

- O monte de Monfurado, propriamente dito, pelo domínio visual, quer por ser visível quer por permitir uma ampla panorâmica sobre a paisagem alentejana, montados e planície;
- As linhas de água, que apesar de pouco vincadas no terreno, apresentam uma estrutura de galeria ripícola bem conformada. Para além do valor

florístico e faunístico inerente, a diversidade que introduz na paisagem em termos de forma, cor e textura, confere-lhe o estatuto de ponto notável, facto incontornável no contexto regional.



Foto 10 - Ponto notável na paisagem - Ao longe a Serra de Monfurado



Foto 11 - Ponto notável na paisagem – Galeria ripícola (Ribeira do Carvalho)

3.6.6. Valoração das unidades de paisagem

As unidades anteriormente definidas encontram-se sintetizadas no quadro seguinte, referindo-se os seus principais descritores em termos de relevo, uso do solo, humanização e carácter (entendido como resultando numa emoção

provável ou “impressão pericial” que cada unidade cria no observador, fruto da sùmula das características anteriores).

Quadro IX – Síntese das características das unidades de paisagem

Unidade	Relevo	Geologia	Uso solo	Humanização	Carácter
Serra de Monfurado	Acidentado	Formações de Monfurado, Escoural e Carvalhal	Mata densa de sobre e azinho com extracto arbustivo e presença pontual de carvalho-negral	Baixa a Nula	Elemento mais marcante e estruturante da paisagem regional
Sopé da Serra	Ondulado	Gnaises	Montados de sobre e azinho, entrecortado por albufeiras e zonas de regadio com manchas pontuais de eucaliptal	Média a Alta	Estrutura vulgar no contexto paisagístico da região
Planície Alentejana	Aplanado	Granitos e tonalitos	Montado disperso com pastagens e culturas arvenses	Média a Alta	Paisagem pouco humanizada, com interesse biocenótico associado à exploração do montado
Faixa Agro-florestal	Ondulado	Complexo gnaisso migmatítico	Montado denso de sobre e azinho	Baixa	Paisagem pouco humanizada, com interesse biocenótico associado à exploração do montado
Coroa Agrícola de Montemor-o-Novo	Ondulado	Complexo gnaisso migmatítico	Pequenas propriedades agrícolas de policultura integrando moradias unifamiliares	Média a Alta	Paisagem muito humanizada, fruto de uma expansão desordenada. Pouco interessante e vulgar

De acordo com os termos de referência para o presente trabalho o valor paisagístico de cada unidade será classificado como: **Valor Excepcional**, **Alto**, **Médio** ou **Baixo**.

No entanto, esta classificação depende da avaliação de três critérios fundamentais:

- **Diversidade** – prende-se com factores biológicos e ecológicos, ou seja, terá um peso maior quanto maior for a diversidade em termos florísticos e/ou faunísticos ou relevância dos habitats presentes;
- **Harmonia** – factor de avaliação subjectivo pois depende da apreciação de factores de cariz estético como a Ordem (uso e sustentabilidade), a Grandeza (fisiografia) e a Leitura (estrutura e valor cénico) da paisagem;
- **Identidade** – reconhecimento das características intrínsecas que configuram um valioso património natural, afirmando-se como referências no contexto nacional ou internacional com importância histórico-cultural.

Pelo acima descrito, torna-se fundamental quantificar os parâmetros que conduzem à determinação do critério Harmonia.

Cada um dos parâmetros/ critérios será avaliado com a seguinte escala:

- Nenhuma – 0 valores
- Pouca – 1 valor
- Razoável – 2 valores
- Muita – 3 valores

Quadro X – Quantificação do critério Harmonia

Unidade	Ordem	Grandeza	Leitura	Harmonia/ Valor Médio
Serra de Monfurado	3	3	3	3
Sopé da Serra	2	2	2	2
Planície Alentejana	3	1	2	2
Faixa Agroflorestal	3	2	2	2
Coroa Agrícola de Montemor-o-Novo	1	1	1	1

Apresenta-se seguidamente o quadro de análise dos critérios fundamentais anteriormente descritos de acordo com a escala acima exposta.

Quadro XI – Valoração das Unidades de Paisagem

Unidade	Diversidade	Harmonia	Identidade	Valor da Paisagem
Serra de Monfurado	3	3	3	9
Sopé da Serra	2	2	1	5
Planície Alentejana	2	2	1	5
Faixa Agro-florestal	3	2	2	7
Coroa Agrícola de Montemor-o-Novo	1	1	0	2

De acordo com as classificações atribuídas, as classes que traduzem o valor da paisagem são:

- valor cénico -paisagístico baixo (de 0 a 3)
- valor cénico -paisagístico médio (de 4 a 6)
- valor cénico -paisagístico alto (de 7 a 8)
- valor cénico -paisagístico excepcional (9)

3.7. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

A caracterização do Património Cultural visa a identificação dos valores arquitectónicos e arqueológicos classificados, ou em vias de classificação, existentes no SIC Monfurado. Dado o seu valor histórico, arquitectónico, arqueológico, etnográfico ou de integração na paisagem, é necessário enquadrar no PIERSM as medidas de sua salvaguarda e valorização.

Assim, seguiu-se a seguinte orientação metodológica para a caracterização do património cultural:

- inventário do património arquitectónico e arqueológico classificado: monumentos nacionais, imóveis de interesse público e valores concelhios, recorrendo aos PDM's de Évora e de Montemor-o-Novo e ao inventário dos elementos patrimoniais do IGESPAR;
- identificação/localização do património arquitectónico em vias de classificação.

A Protecção do Património Arqueológico

Admite-se, pelo menos num plano teórico, que o património arqueológico é um dos recursos existentes para a compreensão e estudo da história dos povos que nos precederam. Neste sentido, e procurando enquadrar os princípios gerais e as recomendações de âmbito global às questões relativas à

protecção do património, surgiu em 1990 a Carta de Lausanne (Carta para a Protecção e Gestão do Património Arqueológico)¹.

No seu enunciado, esta carta aponta para várias linhas, tais como:

- património arqueológico engloba todos os vestígios da existência humana e dos locais onde foram exercidas actividades humanas;
- uma “política de conservação integrada”, dado que o património arqueológico é um bem frágil e não renovável, deverá ser tido em conta pelos vários planeadores desde uma escala de carácter nacional, regional ou local;
- envolvimento das populações locais é determinante para o sucesso da salvaguarda e manutenção do património;
- património arqueológico é um bem de todos, por isso a sua conservação é um dever moral de todos, sendo uma das responsabilidades dos poderes públicos criar condições legais e financeiras para a sua correcta protecção;
- promover a realização de inventários e proceder à sua constante actualização (carta arqueológica), para poder responder às questões ligadas ao planeamento e gestão do território;
- desenvolver pesquisa arqueológica (trabalhos de escavação arqueológica) de sítios, conjuntos arqueológicos, ou monumentos que se encontrem em risco de destruição (arqueologia de salvamento/ escavações de emergência), devendo ser criadas as condições para que sejam desenvolvidos projectos de investigação científica que contemplem a sua posterior valorização e, se possível, mostra ao público;

¹ Carta de Lausanne, in Revista Pedra & Cal, N.º. 6, Gecorpa, Lisboa 2000, pp.20-24.

- implementar a manutenção *in situ* dos monumentos e sítios arqueológicos, bem como a sua área envolvente, e perspectivar a conservação a nível do longo prazo;
- criar condições de apresentação com base numa transmissão de informação ao público baseada nos conhecimentos científicos de que se dispõem, podendo este acto ser encarado na perspectiva experimental ou de contribuir para a interpretação do património arqueológico.

O facto de o património arqueológico ser uma herança de toda a humanidade, incentiva à existência de uma estrita cooperação dos vários especialistas a nível internacional.

O Interesse Científico e o Interesse Turístico do Património Arqueológico

Todas as estações arqueológicas são potenciais fontes de informação científica e são, muitas vezes, o único meio de se conhecerem as sociedades que estiveram no território antes do nosso tempo. Todas as estações arqueológicas ou, como alguns designam, os arqueossítios, têm interesse científico. Devem ser promovidos estudos para se averiguar qual a relevância de cada elemento patrimonial, por forma a garantir-se que os mais importantes serão alvo de proporcional dedicação na conservação, e protecção.

Num artigo publicado, o professor Jorge Alarcão aborda esta temática e, apesar de nas questões do património não haver receitas propriamente ditas, indica:

“Se todas as estações arqueológicas têm interesse científico, não devemos deixar destruir nenhuma sem prévia investigação. Mas a defesa do

fundamentalista ou intransigente da conservação de todos os sítios é utópica e socialmente ilegítima.”¹.

Também nesta área tem que existir capacidade de diálogo entre os diversos interesses, onde forçosamente, terão que existir cedências das várias partes intervenientes. Nos casos em que as estações arqueológicas tenham que irremediavelmente ser destruídas, esta destruição deve ser precedida de escavações arqueológicas e de uma reflexão cuidada onde sejam equacionadas todas as hipóteses de conservação, atendendo, obviamente, ao benefício social da obra projectada.

A situação ideal verifica-se quando se conseguem conciliar os vários interesses, salvaguardando as estações arqueológicas sem travar o progresso e as necessidades económicas de uma região:

“Algumas vezes, muitas vezes mesmo, poderá chegar-se a um compromisso: uma estrada, prevista sobre aterro, poderá ser construída sobre pilares e o viaduto preservará a estação arqueológica; uma reflorestação poderá avançar sem que se faça surriba e plantação da área que a estação arqueológica ocupa (área que, aliás, pode ser pouco relevante no conjunto da superfície a florestar”¹.

As questões relacionadas com obras de grande dimensão que intervenham no subsolo, como barragens, estradas, florestações, deverão ser sempre precedidas de estudos de impacte ambiental em que as questões do património arqueológico sejam também equacionadas, devendo igualmente

¹ Jorge de Alarcão (1998). “Para Quê Conservar e Como Apresentar os Vestígios do Passado” in *al-madan* II série, nº.7, p.53.

¹ Idem, ibidem, p.54.

existir formas de diálogo entre as diversas instituições que têm como incumbência a emissão de pareceres. Só uma acção concertada entre as diversas instituições locais/regionais poderá contribuir para a preservação do património arqueológico de uma determinada área geográfica.

Assim, para além do interesse científico de uma determinada estação arqueológica, inquestionável para os arqueólogos, existe também o interesse turístico de um sítio arqueológico. Este último define-se pela sua real ou potencial capacidade de atrair visitantes. Nem todas as estações arqueológicas são possuidoras desta segunda premissa, e para que tal aconteça, para além da escavação arqueológica, serão necessárias soluções de carácter museológico, ou seja, encontrar formas de as mostrar ao visitante, através de mecanismos diversificados capazes de levar o público (não especialista) à compreensão do passado.

Síntese

A preservação do património arqueológico é, na opinião de Adília Alarcão:

“(...) um processo complexo, essencialmente dinâmico e aberto ao qual só o empenho comunitário, suscitado pela compreensão dos valores em jogo, poderá garantir sucesso”¹.

A conservação do património arqueológico e da sua envolvente paisagística deve constituir um projecto no âmbito do programa mais vasto do próprio SIC Monfurado, e ser considerado em estreita colaboração com outros projectos

¹ Adília Alarcão (1997). Conservação dos Povoados Fortificados e da Paisagem Envolvente. In: *Colóquio O 1º Milénio a.C. no Noroeste Peninsular*, Parque Natural de Montesinho, Bragança, p. 109.

mais vastos de natureza cultural (etnográficos, etnológicos) ou natural (botânicos, tecnológicos, *etc.*).

A conservação do património arqueológico na área do SIC Monfurado deverá também passar pelo envolvimento das populações locais, pois estas são a melhor garantia da sua conservação, dado que estão permanentemente em contacto com os sítios arqueológicos. No entanto, para que tal não seja contraproducente devem ser desenvolvidas formas de motivação e sensibilização para que os valores em causa possam ser assumidos pelas populações.

O património arqueológico é um importante recurso para a compreensão e reconstituição do nosso passado, pelo que deverá ser aproveitado e rentabilizado no quadro de uma política de promoção do turismo cultural, contribuindo, assim, para o progresso socio-económico e cultural desta região.

Na secção seguinte apresentam-se as listagens do Património Arquitectónico e Arqueológico disponibilizadas pelo IGESPAR, Câmaras Municipais de Montemor-o-Novo e Évora e Direcção Regional da Cultura do Alentejo.

Listagem do Património Arquitectónico e Arqueológico

1. Montemor-o-Novo

IMÓVEIS CLASSIFICADOS

- **Monumento Nacional**
 - Anta 1 dos Tourais
 - Anta do Outeiro de S. Brissos
 - Grutas do Escoural

- **Imóveis de Interesse Público**
 - Anta Capela de Nossa Senhora do Livramento

- **Em Vias de Classificação**
 - Tholos do Escoural
 - Quinta de Sancha-a-Cabeça
 - Quinta da Torre do Carvalhal
 - Igreja Paroquial de S. Brissos

IMÓVEIS DE INTERESSE PATRIMONIAL

- **Valores Arquitectónicos**
 - Villa de S. Mateus (nas imediações do SIC Monfurado)
 - Villa de Santa Margarida
 - Monte do Casão
 - Mina dos Monges
 - Villa da Herdade da Igreja
 - Igreja de S. Mateus
 - Ermida Sta Margarida
 - Monte da Ferraz
 - Convento de Rimourinho
 - Ermida S.Luis da Mougueira
 - Ruínas do Convento dos Monges
 - Minas da Nogueirinha
 - Forno das Caeiras
 - Moinho das Falés
 - Casal Rústico da Dacoreira (nas imediações do SIC Monfurado)
 - Forno de cal da Malaca

- **Valores Arqueológicos**

- Alto do Castelinho da Serra
- Anta 2 da Rocha (nas imediações do SIC Monfurado)
- Anta do Falcão (nas imediações do SIC Monfurado)
- Anta da Nogueira (nas imediações do SIC Monfurado)
- Anta 2 dos Tourais
- Anta das Valadas de Baixo
- Anta da Carvoeira

De referir que na informação fornecida pela CMMN (*shapefile* do património) existem ainda *Outros Sítios* com localização geográfica mas sem designação na tabela de atributos. Neste caso, optou-se por apresentá-los também na Carta dos Equipamentos com a legenda “*Sem designação*” (*Sd*).

2. Évora

IMÓVEIS CLASSIFICADOS

- **Monumento Nacional:**

- Anta 1 de Pinheiro do Campo 1

- **Imóveis de Interesse Público:**

- Igreja da Boa Fé
- Cromeleque dos Almendres (nas imediações do SIC Monfurado)
- Menir dos Almendres (nas imediações do SIC Monfurado)

- **Em Vias de Classificação**

- Ponte Antiga do Lagar (Boa Fé)
- Ponte da Varge

IMÓVEIS DE INTERESSE PATRIMONIAL

- Valores Arquitectónicos

- Minas de Água da Quinta de Macedo
- Igreja de Guadalupe
- Monte do Paicão
- Igreja de S. Sebastião
- Fonte do Seixo
- Ermida S^a da Conceição da Pedreira
- Fonte Santa
- Torre da Giesteira – Solar
- Monte do Freixial
- Casas Altas
- Forno Comunitário
- Moinho das Cortiçadas 1
- Moinho das Cortiçadas 2
- Moinho Boa-Fé

- Valores Arqueológicos

- Menires da Abaneja
- Alto do Castelinho da Serra
- Anta da Abaneja 1
- Anta da Abaneja 2
- Anta da Herdade da Torre da Giesteira
- Jarro 5
- Laranjal da Varge 1
- Pedreira
- Pinheiro do Campo 1

- Pinheiro do Campo 2
- Pomar 1
- Pomar 2
- Anta 2 do Pinheiro do Campo
- Anta do Paço
- Anta dos Almendres
- Batalha
- Boa-Fé
- Cabaços
- Castelo
- Cortiçadas 1
- Cortiçadas 2
- Courelas 1
- Courelas 2
- Courelas 4
- Courelas 3
- Courelas das Cortiçadas 1
- Freixial
- Furinho
- Paço 1
- Paço 2
- Paicão
- Sesmarias
- Sousa
- Courelas das Cortiçadas 2
- Courelas das Cortiçadas 3
- Jarro 1
- Jarro 2
- Jarro 3
- Jarro 4

- Jarro 6
- Jarro 7
- Jarro 8
- Jarro 9
- Jarro 10
- Laranjal da Varge 6
- Laranjal da Varge 5
- Sobral 1
- Sobral 2
- Vale Maria de Baixo 4
- Vale Maria de Baixo 5
- Vale Maria de Baixo 9
- Foro de Almada
- Passareiro
- Almendres 7
- Almendres 4
- Cabaço
- Almendres 2
- Almendres 11
- Valadas de Cima 1
- Valadas de Cima 2
- S. Sebastião 3
- Sobralinho
- S. Sebastião 2
- S. Sebastião 4
- S. Sebastião 5
- Sobral
- Monte da Figueira
- Pinheiro do Campo
- Menir da Velada

- Paicão 1
- Paicão 2
- Abaneja 7
- S. Sebastião 1
- Abaneja 1
- Abaneja 6
- Almendres 12
- Paicão 3
- Defesa
- Paço 3
- Paço 4
- Menir (?) de Paicão
- Valadas de Cima 3
- Negraxa
- Malhada 1
- Malhada 2
- Malhada 3
- Carvalhal 1
- Carvalhal 2
- Carvalhal 3
- Fonte Santa 1
- Malhada 4
- Defesinha
- Defesinha 1
- Alto da Abaneja
- Albufeira da Defesa
- Albufeira da Defesa 2
- Albufeira da Defesa 3
- Abaneja
- Quinta da Paicão

- Malhada 6
- Paicanito
- Paicanito 1
- Anta do Paicanito
- Malhada 5
- Malhada 6
- Malhada 7
- Sousa
- Sousa 1
- Sousa 2
- Pegoras (geodésico)
- Monte das Pegoras de cima
- Monte das Pegoras de cima 1
- Monte das Pegoras de cima 2
- Alto do Castelinho da Serra 1
- Almendres

- **Valores Etnográficos**
 - Moinho da Caldeira
 - Moinho Novo
 - Chafariz dos Almendres

3.8. TURISMO

De referir que o presente capítulo foi elaborado com a informação constante na Carta Estratégica do Concelho de Montemor-o-Novo 2007-2017 (2007) e estudos desenvolvidos no âmbito da Revisão do Plano Director Municipal de Évora (2007). Optou-se por estas referências dada a actualização e

sistematização da informação que importava abordar na elaboração do presente plano.

De acordo com os estudos elaborados no âmbito da revisão PDM de Évora, o crescimento das actividades terciárias em geral e o desenvolvimento da actividade turística em particular, tem permitido ao Alentejo, em geral, uma gradual conversão da sua base económica. A queda da agricultura enquanto actividade principal da região e a diminuta afirmação do sector secundário, contrastam com a emergência da vocação turística de uma região com fortes potencialidades de lazer e turismo em segmentos específicos da oferta turística.

A sub-região do Alentejo Central, onde se enquadra os concelhos de Évora e Montemor-o-Novo, tem no Turismo em Espaço Rural (TER) e no Património Cultural e Arquitectónico as grandes mais valias locais, sendo estas capazes de atrair e captar turistas e visitantes quer nacionais, quer estrangeiros, não apenas no segmento específico dos recursos turísticos de base de que dispõe – essencialmente de cariz histórico-patrimonial, etnográfico e agro-rural – mas também no respeitante ao segmento do turismo de negócios, aproveitando, nomeadamente, o impulso do *cluster* de conhecimento centrado na Universidade de Évora.

Esta região apresenta uma localização privilegiada, quer em termos nacionais, quer no acesso ao exterior, tendo a Auto-estrada A6 e o IP2 um papel estruturante da região, determinando uma grande acessibilidade à área metropolitana de Lisboa e, em particular, à cidade de Lisboa, e facilitando as ligações a norte aos importantes pólos turísticos de Vila Viçosa-Estremoz, no Alto Alentejo ao triângulo Portalegre-Marvão-Castelo de Vide, e a sul, sobretudo a Beja o que facilita a captação dos fluxos de visitantes, tanto nacionais, como estrangeiros, que, facilmente se deslocam a Évora, fazendo

desta região e mais propriamente da cidade, um importante destino turístico. As ligações a Espanha são facilitadas pela mesma A6 que funciona como uma porta de entrada dos fluxos turísticos vindos de toda a Europa e possibilita a intensificação do número de visitantes provenientes do país vizinho.

Também o Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo (PDTA) aponta o turismo como um factor de impulso no desenvolvimento regional e local gerador de uma cadeia de interacções entre actividades e sectores, da qual resultam múltiplos efeitos contributivos nos processos locais e regionais de desenvolvimento, constituindo o Alentejo, no seu conjunto, um destino turístico a promover.

Ainda de acordo com o mesmo documento, Montemor-o-Novo dispõe de potencialidades para fazer emergir o turismo como um sector onde vale a pena investir: património natural e qualidade ambiental (Rede Natura 2000, o montado, etc.); património arqueológico (paleolítico e neolítico), e arquitectónico (centro histórico, castelo, conventos, etc.); património etnológico e cultural (gastronomia, vinhos, produtos tradicionais, eventos); e um conjunto de equipamentos para actividades lúdicas e desportivas (turismo equestre, ecopistas, natação, desportos náuticos e aeronáuticos).

Na Carta Estratégica do concelho de Montemor-o-Novo 2007-2017 e no Relatório no âmbito da Revisão do PDM de Évora é feita uma abordagem aos recursos turísticos ao nível dos concelhos e para o SIC Monfurado que a seguir se apresentam.

3.8.1. Recursos Turísticos

a) Recursos do Património natural

A **Rede Natura 2000** identifica, no concelho de Montemor-o-Novo, o SIC Cabrela e o SIC Monfurado, percorridos por preciosas manchas de montados de sobro e de azinho com arrelvamentos mediterrânicos xerofíticos em sub-coberto, por diversas ribeiras e por algumas expressões endémicas de fauna e flora, com existência de habitats de conservação prioritária, SIC's que dispõem do Núcleo de Interpretação Ambiental dos Sítios de Cabrela e Monfurado, estrutura de apoio a actividades de educação ambiental, recreio e lazer, e que se localiza nas instalações de uma antiga escola primária situada numa pequena localidade - os Baldios.

A beleza da paisagem de características mediterrânicas, a avifauna e os habitats locais, constituem património natural alvo de crescente procura turística. Os Planos de Ordenamento das Albufeiras, necessários para a defesa da qualidade das águas e para o ordenamento dos usos, permitem a prática de algumas modalidades desportivas (p.e. a vela, o remo e a pesca). Albufeiras, como a do Ciborro, oferecem locais aprazíveis e de lazer. A futura elaboração e vigência de um Plano de Ordenamento da Albufeira dos Minutos poderá proporcionar o desenvolvimento de algumas daquelas actividades e induzir o incremento de equipamentos e infra-estruturas de apoio ao lazer e ao turismo.

Outras experiências que estão a despertar interesse na área dos valores naturais são, p.e., a do Monte Selvagem, para observação da fauna e da flora

quer local, quer de outras latitudes; o turismo equestre; e o campo aeronáutico.

Na última década, começaram a surgir novas práticas de turismo e de lazer, designadamente um turismo de natureza ou um turismo de aventura, consubstanciados em actividades como os passeios, a BTT, o todo-o-terreno, a observação de fauna e flora ou simplesmente da paisagem, em contrapartida a um turismo de massas. O concelho de Évora apresenta excelentes condições para a prática deste tipo de actividades, pelas suas paisagens, pela variedade de espécies naturais, pelo relevo suave (Plano Director Municipal de Évora, 2007).

Esta região possui também um forte potencial no que respeita ao turismo cinegético. No entanto, este importante recurso ainda não se consubstanciou num verdadeiro produto turístico, com efectivos efeitos benéficos nos concelhos, medidos em termos de distribuição de riqueza, criação de emprego ou efeitos multiplicadores sobre outros produtos turísticos. Na realidade existe um número significativo de empresas que para além de oferecerem apenas os serviços mais básicos, direccionados apenas para a actividade da caça, se encontram sediadas fora da região, o que se traduz numa saída de receitas para o exterior. A inexistência de estruturas de acolhimento e acompanhamento ou de criação de actividades complementares, para o caçador e família, não motiva um maior fluxo de afluência nem prolonga o tempo médio de estada no concelho (Plano Director Municipal de Évora, 2007).

b) Património construído e monumental

Esta região possui um conjunto considerável de elementos de património construído e monumental que documenta vários períodos: o paleolítico, o megalítico, o romano, o muçulmano, o da reconquista e o contemporâneo.

Nos concelhos de Montemor-o-Novo e Évora, no que respeita ao património histórico e arqueológico, existem dezenas de monumentos nacionais classificados como Imóveis de Interesse Público e Sítios reconhecidos de Património Arqueológico. Os concelhos vizinhos são igualmente ricos em património histórico e arqueológico.

A listagem do património arquitectónico e arqueológico para o SIC Monfurado foi apresentada no capítulo 3.5.

c) Gastronomia, vinhos e enoturismo

A região oferece uma gastronomia de raiz alentejana e mediterrânica (cuja qualidade tem vindo a ser enriquecida, com criatividade) e para a qual dispõe de alguns produtos próprios e certificados de grande qualidade como o borrego de Montemor, a vitela de montado, o queijo de Évora, e outros como o mel e a doçaria, as ervas aromáticas, os temperos, as hortícolas e, naturalmente, os produtos alimentares da trilogia mediterrânica: o pão, o azeite e o vinho.

Na arte dos vinhos, tem-se registado uma significativa evolução e o concelho já dispõe de vinhos com marcas próprias e na tradição de grande qualidade dos vinhos alentejanos. Paralelamente, algumas explorações vitivinícolas procuram criar condições para o enoturismo de qualidade, associado à arte.

3.8.2. Estrutura e dinâmica da oferta e procura turística

Em relação a Montemor-o-Novo, a capacidade de alojamento registou uma variação positiva e correspondeu a uma diversificação da oferta (cf. quadro do alojamento hoteleiro concelhio), com realce para unidades de turismo em espaço rural, com elevados níveis de qualidade, perspectivando-se a instalação de novas unidades de diferentes tipologias.

	Localização	Nº quartos
Agro Turismo		
Herdade Batapé	S. Geraldo	9
Herdade Serrinha	Escoural	9
Herdade da Comenda da Igreja		5
Turismo Rural		
Courela da Carvalhice	Foros de Vale Figueira	7
Monte Chora Cascas	Montemor-o-Novo	7
Moinho Álamo	S. Gens	5
Monte do Tangarrinha	S. Cristóvão	5
Casa do Lavre	Montemor-o-Novo	5
Hotéis		
Hotel da Amieira	Montemor-o-Novo	60
Hotel Rural Courelas da Mata	Lavre	11
Pensões		
Pensão Ferreira	Montemor-o-Novo	11
Pensão Monte Alentejano / Residencial	Montemor-o-Novo	21
Hospedarias/Casas de Hóspedes e Quartos particulares		
Casa Mateus	Montemor-o-Novo	8
Vale de Leite	Montemor-o-Novo	7
Hospedaria Maria Gertrudes	Montemor-o-Novo	14
Henrique Azinheira	Montemor-o-Novo	13
Paraíso da Mata	Cortiçadas de Lavre	
Hospedaria O Santos	S. Cristóvão	4
Casa de Hóspedes Leontina Bucha	Montemor-o-Novo	7 camas
Casa das Palmeiras	Montemor-o-Novo	1
Casa de Campo		
Herdade da Gibraceira	Montemor-o-Novo	8
Outros		
Monte dos Ameiros	Lavre	12
Herdade Barrocal de Baixo	Courela da Freixeirinha	9

Fonte: Câmara Municipal Montemor-o-Novo, Maio 2007.

Retirado de Carta Estratégica do Concelho de Montemor-o-Novo 2007-2017

A oferta hoteleira situa-se acima dos 230 quartos, cerca de 1/4 dos quais pertencentes ao Hotel da Ameira. A distribuição do alojamento, por

categorias, é a seguinte: Hotéis, 71 quartos; Pensões/Hospedarias, 86; Agro-Turismo, 23; Turismo Rural, 37; Outros, 21.

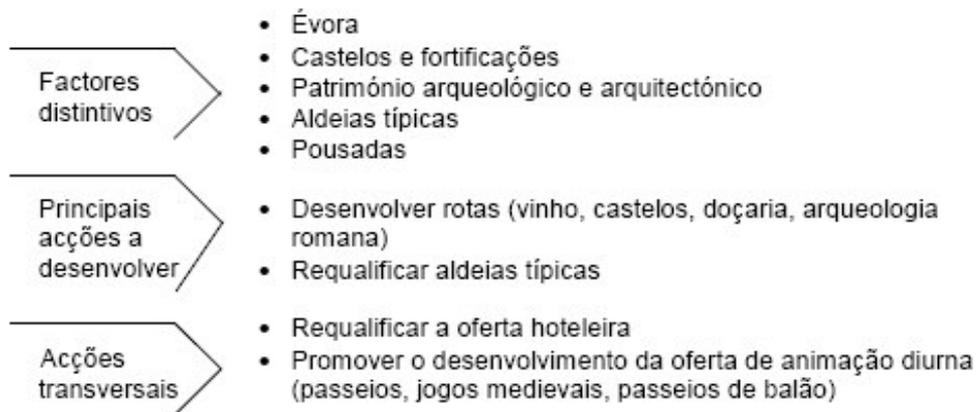
Ao nível do alojamento, dentro do SIC Monfurado podemos encontrar o Hotel da Ameira, a Herdade da Serrinha e a Casa de Campo na Herdade da Gibraceira, localizados no concelho de Montemor-o-Novo.

A procura turística caracteriza-se por uma forte sazonalidade, estadas de muito curta duração, ou de passagem, seguindo o padrão regional. Os visitantes são nacionais, na sua grande maioria.

O turismo apresenta, na cidade e no concelho de Montemor-o-Novo, uma expressão, ainda, pouco significativa, facto a que não será alheia a fraca promoção existente e a ausência de colaboração e parcerias entre os sectores privado e público.

A qualificação dos serviços e a promoção do Alentejo (e da cidade e concelho de Montemor-o-Novo), «exigem ferramentas financeiras que deverão ser consideradas em sede do QREN e com expressão muito mais forte do que ocorreu no Quadro Comunitário de Apoio III, assim como deve ser facilitado o acesso das pequenas empresas a esses instrumentos de financiamento, bem como o licenciamento da sua actividade. (Jornadas de Reflexão. Turismo no Alentejo, Évora, Maio de 2006 *in* CMMN, 2007).

A proposta de potenciais acções a aprofundar, constantes do **Plano Estratégico Nacional do Turismo** (2006), evidencia na vertente *touring* um conjunto de recursos e potencialidades turísticas significativamente presente em Montemor-o-Novo:



Adaptado de *Plano Estratégico Nacional do Turismo* (2006).

Retirado de Carta Estratégica do Concelho de Montemor-o-Novo 2007-2017

Principais potencialidades	Principais debilidades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pré-História, História, património natural e construído. ▪ Gastronomia, vinhos com Denominação de Origem, produtos de qualidade certificados (Borrego de Montemor-o-Novo; Vitela de Montado; Porco de Raça Alentejana; Mel do Alentejo). ▪ Potencial cinegético. ▪ Desportos náuticos e aeronáuticos. ▪ Conjunto de unidades hoteleiras e de restauração de qualidade. ▪ Conjunto de equipamentos culturais, entre os quais, os quatro Conventos da Cidade com os respectivos projectos culturais: Saudação, S. Francisco, S. Domingos, S. João de Deus; a Biblioteca Municipal "Almeida Faria"; o Cine-Teatro Curvo Semedo; o Rádio-Cine; a Livraria Fonte de Letras; a Galeria Municipal. ▪ Conjunto de equipamentos desportivos e de lazer, entre os quais o Parque Urbano, o Parque Desportivo, as piscinas municipais e as piscinas cobertas, o Parque de Exposições Mercados e Feiras. ▪ Existência e prestação de serviços de saúde especializados. ▪ Localização e acessibilidades (a 100 km de Lisboa, a 30 de Évora e a 130 de Espanha, com ligações por auto-estrada). ▪ Políticas e projectos ambientais (Projecto Monfurado e Núcleo de Interpretação dos Baldios). ▪ Intenções de investimento em projectos turísticos de maior dimensão. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência de dois ou três produtos turísticos de qualidade, a promover, que permitam ao Concelho passar a ser destino turístico e não apenas local de passagem, com aumento do tempo de permanência. ▪ Necessidade de requalificação da zona do Castelo e do Centro Histórico, criando alguns elementos fortes, para uma imagem atractiva. ▪ Habitação devoluta e edifícios patrimoniais a necessitarem de intervenção. ▪ Estado de abandono do património do megalítico e insuficiente dinâmica de aproveitamento do património do paleolítico, único no Sudoeste da Península. ▪ Zonas de caça turística ineficazes, em termos de aproveitamento económico. ▪ Insuficiente qualificação de algumas unidades hoteleiras e de restauração. ▪ Recursos humanos com baixas qualificações. ▪ Comércio tradicional envelhecido, pouco especializado e pouco atractivo. ▪ Deficiente oferta de serviços e equipamentos complementares de apoio à actividade turística.

Retirado de Carta Estratégica do Concelho de Montemor-o-Novo 2007-2017

Em síntese, os recursos naturais e culturais - identitários e característicos da região - fazem crer na possibilidade de um desenvolvimento sustentável da actividade turística em Montemor-o-Novo, ancorado nesses recursos e em pequenos e médios investimentos, assim como noutros projectos/empreendimentos de maior envergadura.

A concretização efectiva dessa crença beneficiará, decerto, da possibilidade de identificar, para Montemor-o-Novo, 2 ou 3 temas distintivos que possam fazer evoluir o concelho de lugar de passagem para lugar de destino turístico.

Na revisão do PDM, também o concelho de Évora assume, que ainda está longe de ver o seu potencial turístico bem explorado. A prová-lo está o baixo tempo de permanência média dos turistas – pouco mais de um dia – bem como as ainda relativamente reduzidas taxas de ocupação média dos estabelecimentos hoteleiros. Ora, se a baixa permanência média pode ser atribuído ao efeito de proximidade do turismo excursionista espanhol – que muito contribui para a diminuição da estada média, já quanto às reduzidas taxas de ocupação média teremos que buscar mais fundo as razões que lhe subjazem, e que terão directamente que ver com uma insuficiente oferta de fixação.

Na verdade, estas fragilidades resultam, em grande medida, da insuficiente oferta de atracções que motivem os visitantes a permanecer no concelho por um período mais amplo. Por outro lado, as vertentes turismo de natureza e de aventura, embora com forte expansão, muito potenciada pelo desenvolvimento das unidades de turismo em espaço rural e por diversas empresas de animação, estão ainda longe do seu potencial de exploração, que é o mesmo que dizer que se trata de produtos turísticos ainda longe da maturidade em termos dos seus ciclos de vida.

O concelho de Évora possui e tem vindo a disponibilizar uma panóplia de eventos, de equipamentos e de serviços, que lhe permitem, por um lado, consolidar vectores turísticos mais tradicionais, e nos quais deverá assentar a sua estratégia de desenvolvimento turístico, não apenas os ligados à cultura, etnografia, património e história, mas também os ligados a novos rumos, de desenvolvimento paralelo e que façam apelo a novos públicos-alvo e mercados alternativos, o que será vantajoso do ponto vista do esforço de redução da sazonalidade e de aumento do número de visitantes.

Esta estratégia deverá pois ser direccionada para o desenvolvimento de produtos turísticos que façam uso intensivo dos recursos já mencionados atrás, nomeadamente o turismo da natureza (onde se integra o agro-turismo), o turismo de aventura (onde poderá incluir-se a fileira aeronáutica) e ainda o turismo de negócios.

3.8.3 Percursos Temáticos

O concelho de Montemor-o-Novo criou e tem vindo a desenvolver o Projecto “Conhecer e Preservar a Rede Natura 2000 em Montemor-o-Novo”, que tem por objectivo a promoção do uso sustentado dos recursos naturais afectos aos SIC’s propostos no concelho de Montemor-o-Novo para integrar a Rede Natura 2000 (SIC Cabrela e SIC Monfurado). Para o efeito, contemplou-se a criação de um conjunto de infra-estruturas e respectivos materiais de apoio, com os quais se procura apoiar actividades de educação ambiental, recreio e lazer:

- o Núcleo de Interpretação Ambiental dos SIC’s de Cabrela e Monfurado, situado na antiga Escola Primária de Baldios;
- um conjunto de percursos pedestres, para apoio à visita dos SIC’s de Monfurado e Cabrela;

- um conjunto de percursos de BTT, que permite a ligação entre as infraestruturas atrás referidas.

Inaugurada em Março de 2009, a **Ecopista do Montado**, acompanha a Antiga Linha Férrea num total de cerca de 13 km. . Na Estação do Paião e no Largo da Torre da Gadanha existem dois parques de merendas como infraestruturas de apoio à ecopista.

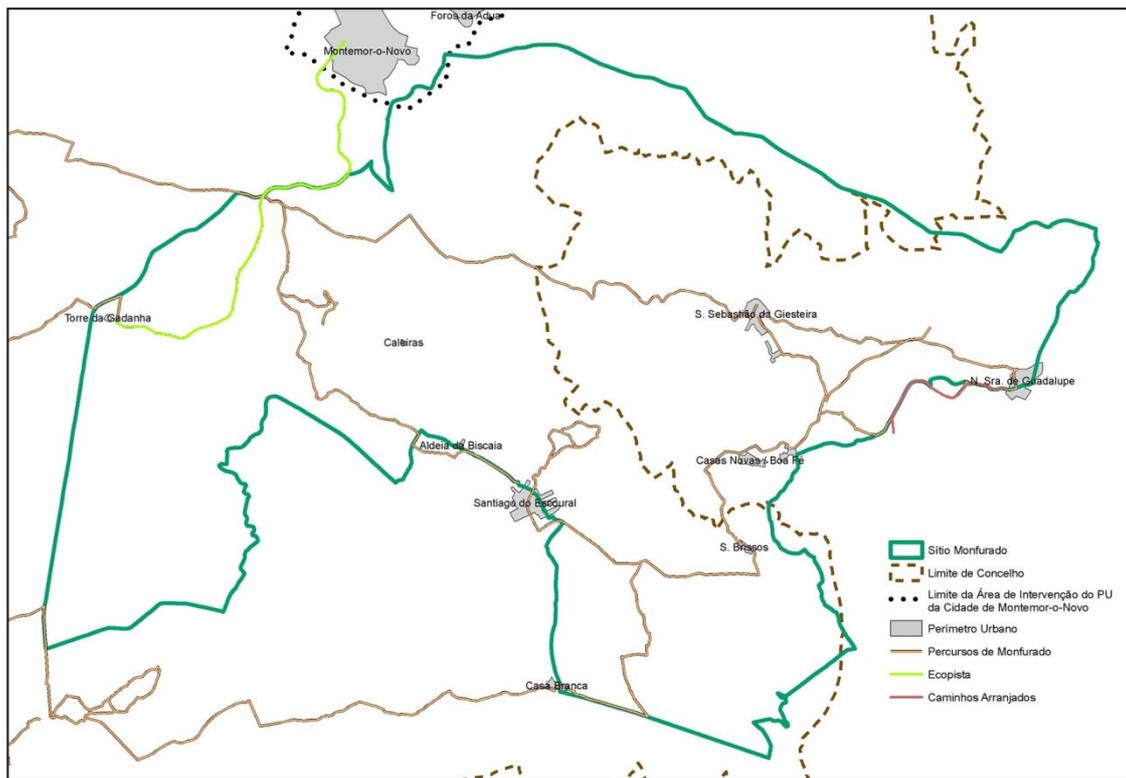


Figura 5 - Localização dos percursos no SIC Monfurado

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida PR, Alexandre C, Ferreira J, Rodrigues G, Andrade N, Espanhol R, (2005). Sítio do Monfurado Conservação e Valorização Património Natural – 2ª fase, Estudos de fauna, Volume VI – Peixes. Évora.
- Almeida PR, Alexandre C, Ferreira J, Rodrigues G, Andrade N, Espanhol R, 2007. GAPS – Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado, Rede Natura 2000 – CEBV-FCUL, Relatório técnico final, Acção A3- Inventariação da ictiofauna do Sítio de Monfurado e proposta para a sua gestão. Lisboa.
- Branquinho C., Gonzalez C., Martins-Loução M. A., 2007, Relatório Técnico Final Acção D4 Monitorização Aquática com Sistema de Bio-Indicadores / Musgos Aquáticos e Proposta para a sua gestão, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Cabral MJ, Almeida J, Almeida PR, Dellinger T, Ferrand de Almeida N, Oliveira ME, Palmeirim JM, Queiroz AI, Rogado L & Santos-Reis M, (2005). Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa. 660 pp.
- Câmara Municipal de Évora, 2007, Revisão do Plano Director Municipal de Évora.
- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2003, Formulário de Candidatura ao Projecto Life.

- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2007, Carta Estratégica do Concelho de Montemor-o-Novo 2007-2017.
- Clemente A, Malveiro S, Correia O & Martins-Loução MA, 2007. GAPS – Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado, Rede Natura 2000 – CEBV-FCUL, Relatório técnico final, Acção A1, Caracterização da distribuição actual e potencial das espécies de Flora do anexo II no Sítio de Monfurado. Lisboa.
- Diogo AL, Martins A, Oliveira Graça, Leena L, Martins-Loução MA, SimSim MM, Correia O, Carvalho P & Malveiro S, 2007. GAPS – Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado, Rede Natura 2000 – CEBV-FCUL, Relatório técnico final, Acção A2, Estado de conservação de *Q. Pyrenaica* e *Q. Faginea* no Sítio de Monfurado. Lisboa.
- Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004 Universidade de Évora, Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagística, 2002, Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental, Colecção de Estudos 10, Vols IV e V.
- Espírito-Santo D., Silva V. , Pinto Cruz, C., 2007, Caracterização do habitat “Charcos Temporários Mediterrânicos” e proposta de programa para a sua gestão Acção A4 – Projecto GAPS (LIFE03NAT/P/000018), Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- Figueiredo D, Oliveira A, Miralto O, Sítio do Monfurado Conservação e Valorização Património Natural – 2ª fase, Estudos de fauna, Volume VII – Insectos. Évora.

- INAG, 2000, Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo. Análise e diagnóstico da situação de referência. Anexo 9 – Conservação da Natureza. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

- Mira A, Carvalho F, Alcobia S, (2008). GAPS – Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado (Life03/NAT/P/000018), Acção A7 – Acções Preparatórias do Plano de Gestão, Rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi* CAPULA, NASCETTI, LANZA, & CRESPO, 1985) relatório final. Évora. 53 pp.

- Mira A, Carvalho F, Alcobia S, (2008). GAPS – Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado (Life03/NAT/P/000018), Acção A7 – Acções Preparatórias do Plano de Gestão, Inventariação e cartografia de colónias de Rato de Cabrera (*Microtus Cabrerae* Thomas, 1906) no Sítio do Monfurado, Adenda intercalar ao relatório nº 3. Évora. 16 pp.

- Mira A, Galantinho A, Silva A, Encarnação C, Ascensão F, Carvalho F, Mestre F, Costa M, (2005) Sítio do Monfurado Conservação e Valorização Património Natural – 2ª fase, Estudos de fauna, Volume II – Mamíferos. Évora.

- Pereira, M. (2002). “A flora e vegetação da Serra de Monfurado. A fitossociologia aplicada à Eng. Biofísica (2002)”, Tese de Doutoramento. Universidade de Évora, Évora.

- Plano Sectorial da Rede Natura 2000, Instituto da Conservação da Natureza, 2006, Lisboa.

- Rabaça J, Godinho C, Roque I, (2005). Sítio do Monfurado Conservação e Valorização Património Natural – 2ª fase, Estudos de fauna, Volume III – Aves. Évora.

- Rainho A, Marques JT. 2007 GAPS – Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado, Rede Natura 2000 – ICN. Relatório técnico final, Acção A5 – Monitorização da actividade alimentar dos morcegos e localização e monitorização de abrigos no Sítio de Monfurado.

- Silva, A. (2001). *Caracterização dos mamíferos da serra de Monfurado (excepto Quirópteros)*. Trabalho de Fim de Curso para a obtenção da Licenciatura em Biologia. Universidade de Évora. Évora.

-
- Rogado, L. (Coord.), Alexandrino, P., Almeida, P.R., Alves, J., Bochechas, J., Cortes, R., Domingos, I., Filipe F., Madeira, J. & Magalhães, F. (2005). Livro vermelho dos vertebrados de Portugal (eds Cabral, M. J., Almeida, J., Almeida, P. R., Dellinger, T., Ferrand de Almeida, N., Oliveira, M. e., Palmeirim, J. M., Queiroz, A. L., Rogado, L. & Santosreis, M.). *Instituto da Conservação da Natureza*. Lisboa. 57-114 pp.

- Sousa PS, Baptista NR, Ascensão F, Soares N, (2005). Sítio do Monfurado Conservação e Valorização Património Natural – 2ª fase, Estudos de fauna, Volume IV – Répteis. Évora.

- Sousa PS, Baptista NR, Ascensão F, Soares N, (2005). Sítio do Monfurado Conservação e Valorização Património Natural – 2ª fase, Estudos de fauna, Volume V – Anfíbios. Évora.

- www.ipa.min-cultura.pt/pubs/TA/folder/48/TA48034.pdf